

# PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XLIV • Nº 454 • Brasília-DF • Abril 2023

## Acampamento TERRA LIVRE

Cerca de seis mil indígenas reforçam a luta para derrotar marco temporal. Povos expressam preocupação perante posição da AGU sobre o tema.

Páginas 8 e 9



19º Acampamento Terra Livre, abril 2023 - Foto: Verônica Holanda

### Entre o velho e o inédito: desafios para a questão indígena no atual contexto no Brasil

No novo momento, com maior diálogo e participação indígena, velhas contradições reforçam a importância de se manter vivo o horizonte contra-hegemônico das lutas dos povos. *Páginas 3, 4 e 5*

### Novo governo, mesmas demandas

Povos indígenas seguem até a Capital Federal em busca da garantia de seus direitos previstos na Constituição. Nos quatro primeiros meses de 2023, quase 400 indígenas deixaram seus territórios para participar de incidências políticas em Brasília; mais de 60 audiências foram realizadas neste período. *Páginas 12 a 15*

# Fortalecer as lutas por direitos, ouvir e valorizar os povos originários

Neste mês de abril, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) saúda a todos os povos indígenas do Brasil e do mundo pela sua existência e resistência, em meio à toda adversidade vivenciada por eles ao longo dos séculos.

É tempo de refletir sobre o fato de que a sociedade brasileira nasceu sob a égide da violência contra os povos indígenas e da superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras. Portanto, persistem desafios históricos e atuais para a vida e resistência desses povos.

Importante ressaltar, também, o fato de que, pela primeira vez, o Brasil comemora não mais o Dia do Índio, mas o Dia dos Povos Indígenas. A mudança, determinada pela lei 14.402, proposta pela então deputada federal Joenia Wapichana e promulgada em 2022, é mais um indicativo do novo momento que vive o país, depois de anos de devastação do Estado e da política anti-indigenista. Apesar disso, ainda se faz necessário reconhecer a devida alteridade dos povos indígenas.

A política neoliberal de apologia ao mercado fere a vida dos povos originários e da natureza. Os povos continuam ameaçados em sua existência física e espiritual, em seus modos de vida, em suas identidades, em sua diversidade, em seus territórios. Os fundamentos do agro, do latifúndio, as técnicas dispendiosas que geram desemprego, a monocultura, a produção voltada para o mercado externo e a devastação da natureza atentam contra a vida no planeta.

As políticas governamentais desarticuladas continuam impondo modelos não indígenas à educação, à saúde e à economia. O processo histórico de violência, dominação e expropriação de terras, a intolerância e o incentivo ao preconceito e à discriminação levaram muitos povos indígenas a ocultar suas identidades étnicas. Esses fatores provocaram e continuam provocando a migração de populações indígenas para centros urbanos onde são relegados às periferias, sendo negada a sua identidade não só pela população envolvente, como também por órgãos governamentais.

Na Amazônia, o avanço do agronegócio, da mineração e de outros empreendimentos, estimulados por recursos públicos, produzem o desmatamento descontrolado e a destruição de todo o ecossistema. Em consequência, diversos povos indígenas se tornaram vítimas de verdadeiros crimes de genocídio. Muitas comunidades indígenas se encontram fora de suas terras, pois suas terras originárias encontram-se invadidas.

Pendências judiciais e administrativas, como por exemplo a tese do “marco temporal”, em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), e a morosidade do governo federal em proceder com a demarcação e a regularização fundiária são fatores decisivos para a persistência da violência contra os povos indígenas.

O anúncio feito neste 19 de abril pela presidente do STF, ministra Rosa Weber, de que o julgamento que pode derrotar definitivamente a tese do “marco temporal” será retomado no dia 7 de junho indica disposição da Suprema Corte em superar um dos principais obstáculos à garantia dos direitos constitucionais dos povos originários e garantir, afinal, a correção de injustiças históricas. Retomar e concluir este julgamento é urgente e inadiável.

No Executivo, o atual governo federal redireciona a política indigenista oficial, retomando o diálogo e a parceria, ao criar o Ministério dos Povos Indígenas (MPI). A participação de lideranças em cargos de direção no MPI, na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e na Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) configura estas instâncias como espaços de participação efetiva dos povos indígenas nos processos de tomada de decisão. Tal postura indica uma necessária e importante mudança assumida pelo atual governo, que deverá concretizar-se em ações práticas de garantia de direitos.

A gravíssima situação Yanomami, tratada com desprezo em gestões governamentais anteriores, mesmo a despeito de todas as denúncias feitas pelas organizações indígenas, pelo Cimi e por parceiros ao longo de tantos anos, parece ganhar agora maior visibilidade e sensibilidade nacional e internacional, e providências em direção a uma solução.

Nos últimos anos, os povos indígenas estiveram num intenso processo de mobi-

lização, denunciando e lutando contra o massacre a eles imposto. Houve um aumento dramático da violência, praticada com requintes de crueldade contra esses povos e a partir do próprio Estado, gestado por uma política de ódio e de morte, como foi denunciado no relatório de Violência contra os Povos Indígenas, publicado pelo Cimi anualmente.

Os desafios imensos ainda permanecem; entretanto, a partir deste ano, espera-se que os órgãos oficiais, à medida em que se organizam e se reestruturam, possam dar encaminhamento às suas obrigações e fazer cumprir os direitos dos povos indígenas preconizados na Constituição Federal em seus artigos 231 e 232. Os povos indígenas permanecem atentos e mobilizados, no sentido de se fazerem respeitados e de verem cumpridos seus direitos à vida, aos seus territórios, à sua diversidade e ao seu modo de organização.

Portanto, neste mês de abril, é necessário que reflitamos, enquanto sociedade, sobre a importante contribuição dos povos originários – em diversos aspectos – para nossas vidas e a vida do planeta, e que aprendamos com eles, conforme orienta o Papa Francisco: “infelizmente, assistimos uma crise social e ambiental sem precedentes. Se realmente queremos cuidar da nossa Casa Comum e melhorar o planeta em que vivemos, são imprescindíveis mudanças profundas nos estilos de vida, são imprescindíveis modelos de produção e consumo. Devemos escutar mais os povos indígenas e aprender com seu modo de vida, a fim de compreender adequadamente que não podemos continuar devorando avidamente os recursos naturais, porque a terra nos foi confiada para que seja mãe para nós, a mãe terra, capaz de dar o necessário a cada um para viver”.

## Porantinadas

### Contra a mentalidade colonizadora

A igreja católica afirmou que a “Doutrina da Descoberta”, teoria que serviu para justificar a expropriação dos indígenas pelos soberanos colonizadores, não faz parte dos seus ensinamentos e que as bulas papais com as quais foram feitas concessões aos soberanos colonizadores “nunca foram considerados expressões da fé católica”. Portanto, é justo “reconhecer esses erros, consciencializar-se dos efeitos terríveis das políticas de assimilação e o sofrimento vivido pelas populações indígenas, e pedir perdão”, afirmam os dois Dicastérios da Santa Sé (Dicastérios para a Cultura e a Educação e para a Promoção do Desenvolvimento Humano Integral). No documento, citam-se ainda as palavras do Papa Francisco, de que a Igreja “repudia, portanto, aqueles conceitos que não reconhecem os direitos humanos intrínsecos dos povos indígenas”. (Informações do Vatican News).

### Tem Guarani no cinema

Filme Paraí leva cultura do povo Guarani às telas do cinema e retrata relação dos Guarani com seu território. Com protagonistas e realizadores indígenas, o longa-metragem também enfoca a relação dos Guarani com seus alimentos tradicionais. Paraí conta a história da menina Pará que, após encontrar uma colorida espiga de avaxi paraí – milho tradicional do povo Guarani –, inicia uma caminhada em busca de sua própria identidade. Sonia Ara Mirim, que é liderança guarani e uma das criadoras da história original que embasa o filme, explica que a ideia era mostrar a cultura originária através do audiovisual. “O filme mostra a preservação, a cultura, mostra o território. Muitas vezes, a gente ficava invisível, então foi se criando essa história para mostrar nossa realidade dentro da aldeia”, destaca Sonia. (Informações da assessoria de comunicação Paraí).

### Nova Ferroeste desconsidera indígenas

O Procurador da República Raphael Otávio Santos apontou que o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para a construção da Nova Ferroeste - uma estrada de ferro que pretende ligar o Oeste do Paraná ao Mato Grosso do Sul - “desconsiderou de forma manifesta a existência” de 43 povos indígenas “na área de influência do empreendimento”. O estudo em questão foi contratado por R\$ 13,4 milhões e está disponível no site da Ferroeste desde 2021. Cacique Ilson Soares, do tekoha Y’hovy, de Guaíra, disse que o traçado da nova Ferroeste irá percorrer dentro do território de Guasú Guavirá (onde há 15 tekohas, aldeias), beirando as comunidades. A passagem por esse espaço aumenta o temor das comunidades, que já vivem enfrentando violências. A Funai reconheceu falhas no estudo e disse que “analisará a Recomendação, bem como observará as diretrizes da Portaria Interministerial nº 60/2015”. (Informações do Brasil de Fato Paraná).



# Desafios para a questão indígena no atual contexto no Brasil

No novo momento, com maior diálogo e participação indígena, velhas contradições reforçam a importância de se manter vivo o horizonte contra-hegemônico das lutas dos povos

Por **Luis Ventura Fernández**, Missionário e secretário do Cimi\*

**A** luta e a resistência dos povos indígenas do Brasil, a partir de seus territórios, mostrou nestes últimos anos uma grande capacidade política diante dos desafios postos pelo avanço das fronteiras econômicas do capital e pela erosão das instituições do Estado e da própria convivência no país.

O período entre os anos 2019 e 2022, perturbado pela chegada ao governo de um projeto de poder de extrema-direita com apoio de militares, fundamentalistas e setores econômicos como o agronegócio, foi, sem dúvida, o momento de maior ofensiva aos direitos dos povos indígenas e de maior assédio a seus territórios e a suas formas de vida. A determinação do governo federal neste período de paralisar todos os processos de demarcação, abandonar as medidas de proteção territorial e avançar em uma desconstitucionalização dos direitos conquistados teve como resultado evidente o aumento da violência contra os povos indígenas.

Desde a Constituição Federal de 1988, que reconheceu o direito originário dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam e reconheceu suas formas próprias de organização social, os povos indígenas tiveram que manter uma permanente mobilização para a concretização desses direitos. A partir de 2000, os primeiros governos de Lula e o governo de Dilma Rousseff, se por um lado significaram alguns

avanços, por outro lado apresentaram sérios entraves na garantia dos direitos territoriais por causa da intensificação do projeto desenvolvimentista agro-mineiro-exportador, que reforçou a posição subalterna do Brasil como fornecedor de bens primários e retomou a construção de grandes projetos de infraestrutura associados a interesses macroeconômicos.

Entretanto, é preciso fazer um destaque singular na análise do que tem acontecido nos últimos anos para compreender o processo desgarrador que foi constituído. A partir de 2016 algo se rompeu no país, com um deterioro e ataque persistente às instituições da democracia liberal e com rupturas sensíveis no marco de convivência. As relações sociais mais próximas - na vizinhança, nos locais de trabalho e até na própria família - fragmentaram-se e a sociedade perdeu capacidade de diálogo, de escuta e de afetos. A velocidade e a superficialidade das redes sociais como novo espaço estratégico de comunicação, informação e socialização, foram instrumentalizadas para ofuscar

a capacidade de discernir entre a realidade e a falácia, manipulando a subjetividade coletiva e as dinâmicas de massa. Esta ruptura das ligações entre as pessoas e das pessoas com a realidade, que teve também suas expressões em outros lugares do mundo, não é um fenômeno espontâneo; ele é produzido, é resultado de um projeto que perseguia o avanço dos fundamentalismos, da extrema direita e do neoliberalismo, com retrocessos significativos na percepção de direitos fundamentais e na perspectiva ética da sociedade.

Na semântica da análise política foi preciso retomar e ressignificar palavras, como golpe, genocídio ou fascismo para conseguir explicar o que estava acontecendo. Longe da metáfora reducionista e desfocada de uma eventual polarização entre dois projetos políticos extremos, adotada pela grande mídia convencional, estávamos diante de um processo de desgarro e de necropolítica, expressão própria do fascismo, em cumplicidade com uma nova fase de expansão do capital sobre os territórios.

É nesse contexto extremamente desafiador para todo o país que os povos indígenas mantiveram uma intensa mobilização a partir de seus territórios e até o âmbito nacional e internacional, permeada por uma genuína criatividade política e força ética, configurando-se como o segmento social mais ativo e organizado na defesa dos direitos fundamentais e no enfrentamento do autoritarismo e a violência.



Foto: Mariana Oliveira/Cimi

Guarani Kaiowa durante marcha do 19º Acampamento Terra Livre em Brasília, abril de 2023



Foto: Verônica Holanda/Cimi

## Da noite escura ao novo momento: oportunidades e encruzilhadas

As eleições de outubro de 2022 foram, provavelmente, as mais relevantes desde a redemocratização do país. O Congresso Nacional eleito nas urnas continua tendo uma composição conservadora e reacionária, com ampliação da base da direita e da extrema-direita. Por outro lado, as eleições resultaram na derrubada do fascismo das instituições do governo federal, abrindo-se um novo momento e um novo espaço que gerou muitas expectativas. O “novo”, neste caso, deve ser entendido com relação à realidade de ruptura ética do sentido da política e do Estado vivenciada nos últimos anos; fora disso, ele chega permeado ainda de velhas contradições.

Do ponto de vista da política indigenista, destaca a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), espaço inédito dentro do poder executivo federal. O MPI trouxe para si as principais atribuições em matéria de garantia de direitos territoriais dos povos indígenas e emerge, inicialmente, como um espaço de articulação e promoção dos direitos dos povos indígenas. A Funai, agora chamada Fundação Nacional dos Povos Indígenas e sob nova presidência indígena, propõe-se a recuperar a missão institucional de promover os direitos dos povos indígenas, tomando como prioridade os direitos a seus territórios; contudo, recebe como legado uma estrutura sucateada e um vasto passivo de demandas. Junto ao MPI e à Funai, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) também inicia sob coordenação de representantes indígenas, após anos de militarização e desestruturação da saúde indígena e com permanentes recortes de orçamento. É importante destacar que estas decisões ampliaram as dinâmicas de participação direta dos povos indígenas nos âmbitos de decisão e modificaram o campo da relação entre os povos indígenas e o Estado, trazendo oportunidades e desafios que precisam ser abordados.

Neste contexto, cabe esperar como resultado um fortalecimento da política indigenista nos próximos anos, garantindo que seja pauta relevante no governo federal. Entretanto, para que a nova configuração do governo não fique só em uma narrativa simbólica, tão apreciada na estética do poder, será necessário que estas instâncias disponham do apoio político, da autonomia operacional e da musculatura orçamentária

necessários para responder às demandas acumuladas e reprimidas. Será imprescindível também tomar decisões urgentes sobre normativas inconstitucionais emitidas pela gestão anterior, dentre as que ainda aguardamos a revogação da Instrução Normativa nº 09 conjunta de Funai e Incra, que continua até hoje possibilitando a titulação por particulares de terras reivindicadas por povos indígenas.

A violência contra os povos indígenas e seus territórios permanece desde os primeiros compassos do novo governo. Ameaças, tentativas de assassinato ou mortes aconteceram desde as primeiras semanas de janeiro em regiões dos estados de Maranhão, Bahia ou Mato Grosso do Sul. Esta realidade, junto com a situação na Terra Indígena (TI) Yanomami, amplamente denunciada há pelo menos quatro anos por organizações indígenas e indigenistas, ou a decisão do Supremo Tribunal Federal no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 709 que obriga à União, desde 2021, a proceder à desinversão dos invasores em sete TIs, ajudaram a dimensionar desde o início o tamanho dos desafios que MPI, Funai e Sesai serão obrigados a enfrentar de forma imediata.

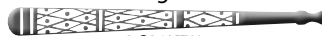


Foto: Tiago Miotto/Cimi

Entretanto, a política indigenista deve ser compreendida como uma política de governo e como uma política de Estado. Isto é: se de um lado a existência de um Ministério de Povos Indígenas possibilita um espaço de articulação política, seria um risco pensar que a política indigenista deve ficar isolada da atuação do conjunto do governo e do Estado. E nesse sentido, os povos indígenas enfrentarão velhos desafios e contradições previsíveis num governo que se autodefine como “de frente ampla”, aglutinador de interesses divergentes.

Se a concentração de atores políticos diversos foi necessária para superar o fascismo no processo eleitoral, agora essa diversidade de perspectivas, às vezes antagônicas, provocará fraturas dentro da atuação do governo. Será nessas encruzilhadas de escolhas divergentes onde veremos a força política que foi pensada para o novo Ministério no conjunto do Executivo. Nestes primeiros meses, já temos alguns exemplos desses dilemas.

O Ministério de Transportes, por exemplo, já anunciou em janeiro que é obra prioritária para o novo governo a chamada Ferrogrão, quase 1.000 km de ferrovia que ligará o município de Sinop, no Mato Grosso, com Miritituba, no Pará, a serviço do escoamento de grãos do agronegócio da região centro-oeste. Em viagem recente a China, o Ministro mostrou sua satisfação pelos acordos conquistados para tal obra. Mas o projeto enfrenta resistência de povos indígenas e atualmente está paralisado no STF porque também pretende reduzir áreas de Unidades de Conservação. Por outro lado, o próprio vice-presidente da República retomou o discurso da importância da exploração de potássio na região do Baixo Rio Madeira, no Amazonas, que poderá afetar territórios tradicionais reivindicados por comunidades indígenas. Lembremos que este mesmo discurso foi utilizado pelo ex-presidente Bolsonaro para conseguir no Congresso Nacional, em março de 2022, a aprovação do requerimento de urgência para o PL 191/2020 que pretendia, dentre outros, a regularização da mineração dentro dos territórios indígenas. Estas iniciativas, dentre outras, representam a continuidade de um modelo desenvolvimentista com forte atuação pública que já permeou os primeiros governos de Lula e irão trazer conflitos com os dos povos indígenas. A continuidade deste modelo econômico, une-se agora a perspectiva do governo em avançar em iniciativas de mercantilização dos Bens Comuns e de fomento de mercados de carbono que constituem falsas soluções



à profunda crise climática provocada pelo modelo extrativo-produtivo do capital.

Por fim, um terceiro desafio deverá ser enfrentado pelos povos indígenas e pelos representantes indígenas dentro do atual Executivo. O caráter “de frente ampla” do governo tende a buscar consensos sobre as possibilidades de “conciliação de interesses”. Eis aqui uma questão fundamental, pois coloca o Estado no papel de pretensão “mediador” de interesses antagônicos e menos como garantidor de direitos. No que diz respeito aos povos indígenas, deve ficar claro desde o início que seus direitos territoriais não podem ser campo de negociação e que sua efetiva garantia não pode sair do caminho marcado pela Constituição Federal (CF) de 1988 que, além de caracterizar o direito territorial como originário e as terras como inalienáveis e intransferíveis, estabeleceu a nulidade dos atos de posse ou de exploração por terceiros e determinou as condições previstas para indenização de benfeitorias nos casos de ocupação de boa fé. Qualquer caminho fora desta trilha, mais do que arranjos conciliatórios ou caminhos de diálogo como às vezes são apresentados, caracterizaria flagrante inconstitucionalidade.

As principais demandas no novo contexto político continuam relacionados com a questão territorial. Segundo os dados coletados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 2021 ainda existiam 871 territórios que não haviam concluído as fases do procedimento administrativo previsto para a efetiva demarcação e homologação. Destas terras, pelo menos 598 eram reivindicações territoriais sobre as quais ainda não existe nenhuma providência administrativa iniciada; 143 territórios estavam aguardando a conclusão dos trabalhos de identificação e delimitação; 44 territórios já estavam identificados, mas aguardavam a portaria declaratória; e 73 Tis já tinham sido declaradas, mas aguardavam a homologação por parte da Presidência da República.

Deve-se registrar o câmbio de atitude e os esforços visíveis nestes primeiros meses de governo no âmbito, por exemplo, da Funai, para retomar os processos de constituição ou recriação de Grupos de Trabalho para identificação e delimitação de terras indígenas ou para encaminhar processos já concluídos e prontos para a portaria declaratória. No entanto, estes esforços barram, como já foi dito, na necessidade de reconstruir uma instituição que foi arrasada durante os

últimos anos e de atualizar a base de dados de que a Funai dispõe sobre os territórios reivindicados. É na solução a estas dificuldades, mais uma vez, que o governo deverá mostrar se efetivamente tem a intenção de responder ou não, com determinação, ao passivo de garantia de direitos que o Estado tem com os povos indígenas.

Entretanto, o principal foco que deverá reunir os esforços de todas as instâncias do governo, do Poder Judiciário e do movimento indígena e seus aliados continua sendo a superação definitiva da falaciosa tese do Marco Temporal, que continua travando de forma estruturante a retomada da política de demarcação das terras indígenas. É imprescindível que o STF retome de forma imediata e sem mais delongas, o julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365, dotado de caráter de Repercussão Geral a partir de uma ação do estado de Santa Catarina contra os direitos territoriais do povo Xokleng. Este julgamento deverá confirmar, definitivamente, a interpretação constitucional do direito dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam como um direito originário, conforme está expressamente registrado na CF de 1988. A chamada tese do marco temporal é uma tese inconstitucional e de má fé, que legitima e anistia todo o processo histórico de esbulho dos territórios dos povos indígenas. O julgamento iniciou em junho de 2021, com um voto firme do Relator Ministro Edson Fachin e um voto contrário do Ministro indicado pelo ex-presidente Bolsonaro, Kássio Nunes, e aguarda a retomada para que os outros Ministros e Ministras possam finalmente emitir seu voto. O adiamento permanente do julgamento ocasionou nestes últimos anos a perpetuação da insegurança jurídica e o aumento da violência contra os povos, que mantêm sua plena confiança em que o STF cumprirá sua missão institucional de prezar pela correta interpretação da Constituição.

Entretanto, se por um lado cabe ao STF a retomada e conclusão do julgamento, por outro lado cabe ao novo governo federal, dentro de suas atribuições, manifestar de forma irrestrita e determinada seu compromisso com o direito originário dos povos indígenas a seus territórios, avançando na política de demarcação e homologação e revogando o Parecer 001/2017 da Advocacia Geral da União (AGU), que determina a adoção da tese do marco temporal por parte das instâncias do governo federal.

## Na perspectiva do Bem Viver

O novo momento político no país abre, efetivamente, possibilidades para avançar na garantia dos direitos dos povos indígenas. Trata-se de um momento de retomada do diálogo e de ampliar a participação dos povos indígenas na condução das políticas de Estado que lhes dizem respeito, com a criação de espaços inéditos como o MPI e o fortalecimento de instâncias como Funai e Sesai. Ao mesmo tempo, é também um momento permeado por contradições antigas, reavivadas em uma composição de governo de frente ampla e diante de um Congresso extremamente conservador. Nessa encruzilhada entre as novas configurações e os velhos gargalos residem os desafios atuais para os povos indígenas e seus aliados neste momento histórico do país.

Será absolutamente necessário que os povos indígenas e suas instâncias de organização, bem como seus aliados, mantenham uma profunda e sábia autonomia que lhes permita não confundir os espaços permanentes e próprios - como movimento - com os espaços transitórios de participação - como governo. A atuação de representantes indígenas dentro das estruturas de decisão de governo gera possibilidades novas e incorpora uma sensibilidade genuína dentro das instituições, desde que não caia na teia da “captura da rebeldia histórica” dos povos por parte da lógica instrumental do Estado.

Para concretizar o avanço na garantia dos direitos territoriais neste momento aparentemente propício, será imprescindível a continuidade da mobilização dos povos a partir de seus territórios, com a criatividade e força política que sempre demonstraram. A mobilização será mais efetiva na medida em que consiga a manter claro o foco e o objetivo estratégico do momento que, agora com maior transparência, passa pela superação definitiva da tese do marco temporal.

Por fim, é indispensável a compreensão de que a perspectiva ética e política da luta dos povos indígenas ao longo de todo o processo colonial e até hoje transcende a conjuntura de um determinado governo em um determinado momento histórico. Ele pode ser mediação importante para avançar, mas o horizonte da luta dos povos indígenas é, e sempre foi, um horizonte alternativo e contra hegemônico; a perspectiva de uma sociedade plural, de uma democracia radical e de uma lógica do Bem Viver a partir da diversidade das formas de ser e de estar no mundo. Não perder esta perspectiva, principalmente no atual momento histórico aparentemente favorável, continuará sendo o principal motor de resistência dos povos indígenas. ♦

\* Artigo publicado originalmente no Le Monde Diplomatique, acesse: <https://diplomatique.org.br/desafios-para-a-realidade-indigena-no-atual-contexto-brasileiro/>

# Cimi manifesta na ONU preocupação com o futuro dos povos em isolamento voluntário

22ª Sessão do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas (UNPFII) foi realizada de 17 a 28 de abril de 2023, na sede da ONU, em Nova York

Por Adi Spezia, da Assessoria de Comunicação do Cimi

**O** Brasil, de acordo com o relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2021, registra a presença de 117 povos ou segmentos de povos em isolamento. Sob permanente ameaça e risco de extermínio, a situação desses povos se agravou nos quatro anos do governo da extrema direita de Bolsonaro, quando mecanismos operacionais de proteção de seus territórios foram desconstruídos, com aumento das invasões de suas terras e das Unidades de Conservação Ambiental onde muitos desses povos estão localizados.

Estas preocupações foram levadas ao Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas (UNPFII) pela Equipe de Apoio aos Povos Livres (Eapil) do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que manifestou imensa preocupação com o futuro dos povos indígenas em isolamento. Kora Kanamari, liderança indígena no Vale do Javari, e Guenter Francisco Loebens, integrante da Eapil, deram voz às denúncias durante o evento.

Em 2021, as invasões das terras indígenas no Brasil atingiram pelo menos 226 Terras Indígenas (TIs) em 22 estados. Em pelo menos 28 delas, há presença de povos isolados, colocando a própria existência desses grupos em risco. Essas áreas concentram 53 do total de 117 registros de povos isolados mantidos pela Equipe de Apoio aos Povos Indígenas Livres do Cimi, que analisa este cenário no quarto capítulo do Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil, publicado anualmente pelo Cimi.

As invasões têm levado esses povos a situações críticas, a exemplo das TIs Munduruku e Ituna/Itatá, no estado do Pará; Piripkura, no Mato Grosso; Pirititi, em Roraima; Ilha do Bananal, no Tocantins; Arariboia, no Maranhão; Uru-Eu-Wau-Wau e Karitiana, em Rondônia; e Jacareúba/Katawixi, no Amazonas.

Além disso, muitos povos em isolamento encontram-se em áreas não demarcadas e, portanto, ainda mais vulneráveis, como nas regiões do rio Tapajós, no Pará, no rio Purus, no Amazonas, e no estado do Acre, na fronteira entre Brasil e Peru.

Dos 117 registros de povos indígenas isolados catalogados pela Eapil/Cimi, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) reconhece a existência de apenas 28. “Existem, portanto, mais de 80 referências

com indícios de presença de grupos isolados em relação aos quais não há nenhuma medida protetiva de seus territórios, ou seja, além da situação de extrema vulnerabilidade, estão sujeitos permanentemente a massacres, porque permanecem invisíveis para o Estado”, denuncia o missionário do Cimi.

Em Evento Paralelo sobre os “Desafios para o Reconhecimento dos Territórios e Direitos dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntários na Amazônia”, Guenter destacou as tensões e constantes preocupações de organizações indígenas e indigenistas que se dedicam ao tema, em especial, diante da política anti-indígena a que os povos



Delegação no UNPFII

originários foram submetidos nos últimos quatro anos. Condição que afeta, sobretudo, os povos livres ou em isolamento voluntário em contexto de fronteira.

Um exemplo desta situação é a TI Vale do Javari, no estado do Amazonas, fronteira entre Brasil e Peru, onde existe a maior concentração de povos indígenas isolados do mundo: são 15 reconhecidos oficialmente, podendo o número ser ainda maior. A TI já não é mais um lugar seguro para estas populações devido ao grande aumento de invasores – madeireiros, narcotraficantes, garimpeiros, pescadores e caçadores – verificado nos últimos anos, alerta Kora Kanamari, liderança indígena no Vale do Javari.

“No Vale do Javari a criminalidade aumentou, assim como nos outros territórios ocupados por povos isolados, como na Terra Indígena Yanomami, onde os crimes de genocídio ganharam destaque na imprensa a partir do começo do ano com as ações de combate ao garimpo ilegal adotadas pelo novo governo”, destacou Kora em diálogo no Fórum Permanente.

Na data que marca o Dia dos Povos Indígenas, 19 de abril, Kora Kanamari fez a voz dos povos origi-

nários ecoar no Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas.

“São 523 anos de resistência e luta pelos direitos dos povos indígenas, pelos direitos básicos, pela preservação de nossas terras, costumes, línguas e culturas. Porém, nossos direitos seguem sendo violados, mesmo estando garantidos pela Constituição Federal do Brasil de 1988. Vivemos na Amazônia, conhecido como o pulmão do mundo. O nosso território, o Vale do Javari constituiu o maior número de povos isolados do mundo, porém não tem nenhuma proteção por parte do Estado brasileiro”, destacou a liderança Kanamari.

Na oportunidade, Kora também fez um apelo Fórum Permanente da ONU para que recomende ao Estado brasileiro a imediata proteção dos territórios indígenas, especialmente dos povos que vivem em isolamento voluntário. Chamou a atenção para o aumento das invasões, em especial do narcotráfico na região de fronteira, e lembrou do assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, ocorrido em junho de 2022, por sua luta em defesa dos povos originários.

## Medidas urgentes e necessárias

O integrante da Eapil/Cimi e a liderança Kanamari apontaram que é necessário interromper o continuado e vergonhoso processo de extermínio povos indígenas em isolamento, com a retirada imediata dos invasores das terras indígenas e de outras áreas protegidas com presença de povos isolados. Eles também salientaram a importância do apoio às iniciativas de proteção dos territórios adotadas pelos próprios povos indígenas para defender seus parentes.

Ao conjunto das contribuições feitas ao UNPFII, tanto Guenter quanto Kora destacaram a necessidade de ampliar a capacidade operacional das Bases de Proteção Etnoambiental da Funai e dos outros órgãos de fiscalização e de combate à criminalidade nas terras públicas, bem como de adotar medidas especiais de atenção à saúde das populações do entorno de seus territórios. Outro ponto destacado foi a importância de se criar, no âmbito da administração pública, espaços específicos que permitam a ampla participação das organizações indígenas e de entidades aliadas para debate e orientação dos rumos da política de proteção aos povos em isolamento.

Ambos, nos diversos espaços do Fórum Permanente, reforçaram não ser suficiente apenas reconstruir o Sistema de Proteção aos Povos Isolados da Funai, pois este já era insuficiente antes do governo anti-indígena dos últimos anos.

“O que se verifica é que à medida que aumenta o número de registros da Funai sobre a presença de indígenas isolados, sua estrutura de recursos humanos e financeiros, tem diminuindo”, apontou Guenter Francisco Loebes.



Foto: REPAM

Tal contexto é exemplificado pela morte do último indígena da Terra Indígena Tanaru, conhecido como “indígena do Buraco”, no ano passado, em Rondônia. Sua morte “marca o fim de mais um povo, nos lembra como ao longo da história, inclusive a recente, muitos desses povos foram massacrados, contaminados por doenças contagiosas, reduzidos populacionalmente, e assim condenados à extinção devido à omissão ou ação tardia do Estado, alegando o desconhecimento da sua existência”, afirma Guenter, que atua há mais de 30 anos com povos isolados.

Com preocupação, o missionário do Cimi também destacou o povo Piripkura no Mato Grosso, “outro povo isolado condenado à extinção no Brasil, reduzido a apenas três pessoas conhecidas. Dada a sua invisibilidade, sem informações mais apuradas sobre as possíveis situações de violência a que estão expostos, muitos outros povos isolados podem estar sofrendo genocídios atualmente”, reforça Guenter.

Além da participação no Fórum da ONU, a Eapil/Cimi também compõe o Grupo de Trabalho Internacional para a Proteção dos Povos Indígenas em Situação de Isolamento e Contato Inicial (GTI-PIACI). O grupo é composto por 21 organizações de toda a Amazônia e do Gran Chaco decidiram constituir o GTI PIACI, o que foi anunciado e formalizado na Declaração de Lima.

## Fórum Permanente

Com o tema “Povos Indígenas, saúde humana, saúde planetária e territorial e mudança climática: uma abordagem baseada em direitos”, as Nações Unidas deram início às reuniões anuais do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas (UNPFII), no dia 17 de abril. O evento, que está em sua 22ª sessão, aconteceu até o dia 28 de abril de 2023, na sede da ONU, em Nova York, de forma presencial.

Todos os anos, o Fórum Permanente reúne, durante dez dias, povos indígenas de todo o mundo. Este espaço se apresenta como uma oportunidade para os povos interagirem diretamente com os Estados-membros das Nações Unidas, incluindo também organizações especializadas em direitos humanos e instituições acadêmicas.

Com o resultado dos diálogos, é elaborado um relatório sobre os temas prioritários, bem como recomendações aos Estados-membros, ao sistema das Nações Unidas e aos povos indígenas, para avançar na implementação efetiva da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

“A criação do Fórum Permanente é a maior reunião de povos do Sistema das Nações Unidas, buscando discutir questões globais que afetam toda a humanidade, não apenas os povos indígenas. É uma conquista histórica desses povos, que ficaram de fora da criação da ONU; permite que suas vozes sejam ouvidas, mas ainda há um longo caminho a percorrer”, destacou o secretário-geral da ONU, António Guterres, na mesa de abertura do evento.

Na oportunidade, participam desta edição do UNPFII: lideranças indígenas e indigenistas da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Irmãs Carmelitas Missionárias, Caritas Espanhola, da Grande Assembleia Guarani e Kaiowá (Aty Guasu), Federação de Mulheres Trabalhadoras Huaynakana Kamatawara Kana, Coordenação Nacional de Defesa dos Territórios Indígenas Camponezes e Áreas Protegidas da Bolívia (CONTIOCAP), Organização da Nacionalidade Waorani do Equador (NAWE), e do Centro Amazônico de Antropologia e Aplicação Prática do Peru (CAAP), do Peru, Equador, Bolívia, Brasil e Espanha.

O Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas é um órgão consultivo de alto nível do Conselho Econômico e Social. Criado em 28 de julho de 2000 pela resolução 2000/22, com objetivo de tratar das questões indígenas relacionadas ao desenvolvimento econômico e social, cultura, meio ambiente, educação, saúde e direitos humanos.

## Em declaração conjunta à ONU, organizações denunciam as graves consequências do garimpo à alimentação e à saúde indígena

As denúncias foram realizadas pelo Cimi, Survival International e Right Livelihood Award Foundation durante a 52ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU

Por Adi Spezia, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Em declaração conjunta em “Diálogo Interativo” sobre o Direito à Alimentação da Organização das Nações Unidas (ONU), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Survival International e a Right Livelihood Award Foundation denunciaram as graves consequências do garimpo à alimentação e à saúde indígena, com a destruição e contaminação dos meios de subsistência.

A advogada Fédora Bernard deu voz às denúncias no evento, que contou com a presença do Relator Especial sobre Direito à Alimentação, Michael Fakhri, durante o 52º período ordinário de sessões do Conselho de Direitos Humanos (CDH 52), realizado entre 27 de fevereiro e 4 de abril deste ano, em Genebra, Suíça.

As organizações agradeceram ao relator especial por seu relatório, no qual reconhece a forte conexão entre extrativismo global, mudança climática e crescentes desigualdades, com reflexos no direito à alimentação.

“Essa conexão não poderia ser mais clara no Brasil, especificamente no território Yanomami, onde anos de invasões de garimpeiros ilegais, somados ao desmantelamento da proteção e estruturas de saúde por parte do governo anterior, têm gerado uma crise humanitária”, destacou Fédora Bernard, diretora jurídica da Right Livelihood Award Foundation.

O direito humano à alimentação está expresso na Constituição Federal brasileira, no artigo 6º, ao destacar: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição”.

No entendimento das organizações, a soberania alimentar dos povos indígenas no Brasil só poderá ser garantida com os territórios de ocupação tradicional sob sua posse. Ou seja, a alimentação dos povos originários passa pela demarcação dos territórios, como uma condição fundamental para a produção de alimentos saudáveis e da própria dieta e cultura alimentar tradicional, com impactos nos modos de vida e no Bem Viver.

“Embora apreciemos os esforços do novo governo para retirar os garimpeiros e proteger a Amazônia, a mineração de ouro causou danos irreversíveis”, alerta Fédora Bernard. A crise humanitária causada pela exploração do garimpo ilegal na Terra Indígena (TI) Yanomami, um dos exemplos mais graves desses danos, não foi exposta apenas agora. Organizações indígenas e aliados vêm denunciando e documentando sistematicamente o que estava acontecendo há pelo menos cinco anos.

“Fontes importantes de subsistência foram destruídas ou estão fortemente contaminados com mercúrio – com graves consequências sobre o direito à alimentação e à saúde da população”, chama a atenção Fédora Bernard.



A advogada da Right Livelihood Award Foundation, Fédora Bernard durante a declaração conjunta no CDH 52

O avanço do garimpo sobre as terras indígenas, em especial nos últimos quatro anos, intensificou as invasões e o desmatamento, levando a fome, doenças e morte aos territórios indígenas. Segundo o dossiê Terra Rasgada: como avança o garimpo na Amazônia brasileira, o garimpo no Brasil é responsável por graves e massivas violações aos direitos humanos dos povos indígenas, “em especial dos Kayapó, Munduruku e Yanomami, como o direito à vida, ao território, à autodeterminação, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à segurança alimentar e nutricional, à saúde e muitos outros”.

Na declaração conjunta, o Cimi, a Survival International e a Right Livelihood Award Foundation ainda denunciam que “crianças Yanomami estão morrendo de desnutrição a uma taxa 191 vezes maior do que a média nacional, e milhares estão contaminadas por doenças infecciosas como a malária”.

No entanto, as organizações afirmam que a retirada dos garimpeiros não será suficiente para solucionar esta crise. A “reestruturação do Distrito Sanitário Especial Indígena [DSEI] Yanomami deve ser uma prioridade, para garantir os cuidados de saúde a curto e longo prazo”, apontam.

“As autoridades brasileiras devem, urgentemente, estabelecer um programa permanente de monitoramento e proteção do Território Yanomami, em plena consulta às comunidades envolvidas, para garantir que os invasores e genocídios possam nunca mais ser uma realidade”, lista a declaração conjunta.

Na oportunidade, Fédora Bernard questionou o Conselho de Direitos Humanos e o Relator Especial sobre Direito à Alimentação das Nações Unidas, Michael Fakhri: “Que papel pode o Conselho desempenhar para garantir a responsabilização pelas graves violações dos direitos humanos do qual a administração anterior do Brasil foi cúmplice?”

## À ONU, líder Yanomami denuncia ações do garimpo

Os dados apresentados por Fédora Bernard estão em consonância com o exposto pelo líder Yanomami Dário Kopenawa durante o “Debate Geral” que busca acompanhar e implementar a Declaração e Programa de Ação de Viena, realizado no dia 29 de abril.

Na ocasião, representando mais de 30 mil indígenas dos povos Yanomami e Ye'kwana, Dário Kopenawa Yanomami denunciou a invasão do garimpo, esturpo, doenças e a morte de 570 crianças indígenas entre 2019 e 2022, na Terra Indígena Yanomami.



Dário Kopenawa ainda lembra que os ataques aos povos da TI Yanomami ocorrem desde a década de 1980, com a invasão de mais de 40 mil garimpeiros. “O que se vê em 2023 é a história se repetindo, o que é muito grave”, reforçou.

“Pedimos apoio internacional para ajudar o governo brasileiro a chegar urgentemente às aldeias mais distantes e para a retirada urgente do garimpo da Terra Yanomami”, apelou o vice-presidente da Hutukara Dário Kopenawa Yanomami.

# No ATL 2023, cerca de seis mil indígenas reforçam luta para derrotar marco temporal

A luta contra a tese anti-indígena esteve entre as principais pautas do acampamento; povos pedem ao STF que conclua o julgamento, previsto para ser retomado em junho deste ano

Por **Marina Oliveira** e **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Entre os dias 24 e 28 de abril, cerca de seis mil indígenas participaram do 19º Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília, com uma mesma missão: cobrar a devida demarcação dos territórios, derrubar projetos anti-indígenas que circulam nos Três Poderes e pôr fim na escalada de violência que afeta a vida dentro dos territórios.

Em meio à esperança e, ao mesmo tempo, à angústia, indígenas e indigenistas deram seguimento na luta contra o marco temporal. “O julgamento do marco temporal e suas implicações nos direitos dos povos indígenas” foi uma das plenárias do acampamento. O momento contou com a participação de lideranças indígenas, advogados e juristas apoiadores da causa.

No palco da tenda principal do evento, Tucum Xokleng, cacique da Terra Indígena (TI) Ibirama Laklânô (SC) – TI que é centro do caso de repercussão geral – compartilhou com o público os desafios, e até assédios, vividos pelo povo Xokleng diante da morosidade do julgamento.

“Nos últimos anos, a gente está quase todo mês em Brasília lutando pelos nossos parentes. O governo do nosso estado [Santa Catarina] está tentando negociar com a gente. Nos ofereceram uma proposta para pegar uma terra em outro lugar. A ideia deles [estado de Santa Catarina] era que o julgamento fosse suspenso. Mas nós não estamos lutando apenas pelo povo Xokleng, estamos lutando pelos parentes do país inteiro, e por isso não aceitamos”, explicou.

Egon Heck, membro-fundador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), falou sobre a luta secular dos povos e das perspectivas diante da possibilidade de avanço. “O movimento indígena é luta, fundamentalmente, e essa luta se reflete em vários momentos criativos em que buscaram e mostraram à sociedade brasileira que eles são capazes de vencer grandes obstáculos, de [vencer] as forças sociais muitas vezes covardes diante dos direitos dos povos indígenas. Estamos em um momento histórico ímpar, [mas], por outro lado, acho que é importante desde logo lembrar que a luta continua e que os povos indígenas estão principalmente olhando para o futuro, com o pé no chão e com espírito na cabeça. A luta dos povos indígenas é uma luta permanente e, se o governo estiver afim de demarcar e garantir os direitos, esse é o momento de estimular lideranças que estão à frente e



19º Acampamento Terra Livre (ATL) realizado entre os dias 24 e 28 de abril de 2023

também de nós, enquanto sociedade, termos a possibilidade de avançarmos nas relações com os povos indígenas”, frisou Egon, que atua junto aos povos indígenas desde a década de 1970, em meio à Ditadura, e que contribuiu com as primeiras Assembleias de Chefes Indígenas.

## A luta não pode parar

Na ocasião, Deborah Duprat, jurista e ex-subprocuradora geral da República, enalteceu a luta dos povos indígenas e reforçou a importância de manter o movimento vivo até a data prevista da retomada do julgamento pela Suprema Corte.

“Esse julgamento não está seguro, digo isso com muita tristeza, porque eu queria pensar que o STF tivesse incorporado essa luta e a potência do movimento indígenas. Mas eu não tenho certeza disso. Para que a gente tenha um resultado positivo, os ministérios, como o Ministério dos Povos Indígenas, por meio de Sônia Guajajara, e a Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas], presidida por Joenia, precisam marcar audiências com os ministros [do STF] para mostrar a real importância do tema. Não podemos deixar esse julgamento correr solto. Quem puder, fique em Brasília até lá”, afirmou Deborah.

A jurista enfatizou também o quanto a resistência dos povos foi essencial ao longo dos últimos anos.

“É importante lembrar como a luta indígena começou a neutralizar, e muito, a tese do marco temporal. Inclusive no próprio Supremo Tribunal Federal”, afirmou Duprat, referin-

do-se aos casos das TIs Limão Verde, dos Terena, e Guayraroque, dos Guarani Kaiowá – ambas no Mato Grosso do Sul.

Em ambos os casos, as demarcações foram anuladas de forma irregular pela Segunda Turma do STF, em 2014, com base na tese do marco temporal. Apesar de ainda não terem sido revertidas definitivamente, os povos indígenas conseguiram obter vitórias contra ambas as decisões na Suprema Corte.

“Além disso, o movimento conseguiu com que o Alto Comissário da ONU [Organizações das Nações Unidas] mandasse um parecer contra o Projeto de Lei [PL 490/2007] para a Câmara Federal”.

Após a plenária, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) fez um chamado para o acampamento contra o marco temporal, novamente em Brasília. A data está marcada, inicialmente, para os dias 5 a 9 de junho.

## Marco temporal em outras esferas

A tese do marco temporal não aparece, exclusivamente, no Poder Judiciário. Ela se faz presente também nos Poderes Executivo e Legislativo. Na Câmara Federal tramita o PL 490/2007, originalmente proposto pelo deputado Homero Pereira – parlamentar já falecido.

Na prática, com a redação dada pelo relator Arthur Maia (União Brasil-BA), o projeto inviabiliza a demarcação dos territórios de todo o país, por meio da aplicação do marco temporal, e abre as terras já demarcadas para diversos empreendimentos econômicos – como agronegócio, mineração e construção de hidrelétricas.

A proposição foi aprovada, em junho de 2021, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) – por 41 votos a 20 – e agora aguarda ser apreciada pelo plenário da Câmara Federal.

Já no Poder Executivo, a tese passou a ser aplicada por meio do Parecer 001/2017 da AGU, suspenso. A medida determina que toda a administração pública federal adote uma série de restrições à demarcação de terras indígenas. Entre elas, estão as condicionantes do caso da TI Raposa Serra do Sol, em Roraima, de 2009, e a própria tese do marco temporal.

## Direito constitucional

O direito mais fundamental dos povos indígenas, o direito à terra, é garantido pela Constituição Federal de 1988. No entanto, recentemente, este direito passou a ser duramente atacado e corre o risco de sofrer um duro retrocesso. É o que ruralistas e outros setores econômicos tentam fazer por meio da tese do marco temporal, sob análise do Supremo Tribunal Federal (STF).

Desde dezembro de 2016, o Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365 – que discute uma reintegração de posse movida contra o povo Xokleng, em Santa Catarina – tramita na Suprema Corte. Um pouco mais de dois anos após o protocolo do processo, no dia 22 de fevereiro de 2019, o STF, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral do caso. Ou seja, a decisão tomada neste julgamento terá consequência para todos os povos indígenas do país.

Em 2021, Brasília foi palco de um momento histórico: seis mil indígenas acompanhavam, na capital federal, o começo do julgamento no STF. A maior mobilização pós constituinte só não esperava que o processo seria interrompido por mais de um ano. Em setembro de 2021, o ministro Alexandre de Moraes pediu vista – e, desde então, o julgamento está paralisado. Agora a previsão, segundo Rosa Weber, ministra e presidenta do STF, é de que o caso volte para a discussão no próximo dia 7 de junho.

## O que é o marco temporal

O marco temporal é uma tese que tem como objetivo inviabilizar os direitos constitucionais dos povos indígenas. Defendida por ruralistas e setores interessados na exploração das terras originárias, a tese diz que os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988, ou que, naquela data, estivessem sob disputa física ou judicial comprovada.

De acordo com a avaliação de indigenistas, lideranças indígenas, juristas apoiadores da causa e do Ministério Público Federal (MPF), essa é uma tese considerada perversa, porque lega-

liza e legitima as violências a que os povos indígenas foram submetidos até a promulgação da Constituição Federal de 1988, especialmente durante o período da Ditadura Militar – momento em que ocorreu duras violências contra os indígenas e o esbulho de seus territórios.

Para Jorge Tabajara, advogado e cacique do povo Tabajara de Poranga (CE), a interpretação feita por advogados ligados ao agronegócio e aliados é “pequena e forçada”.

“Eles fazem uma interpretação forçada do artigo 231, da Constituição Federal de 1988, quando pegam o verbo ‘ocupar’ para dizer que, a partir dele,

só teríamos direito às terras se estivessemos nela ou reivindicando no dia 5 de outubro de 1988. Se não estávamos em nossos territórios, onde estávamos? Se não estávamos lá, para onde fomos? É uma tese absurda, mas queremos acreditar que o STF, como guardião da Constituição, cumpra com seu dever de defender a Constituição em sua forma original”.

É preciso ressaltar, ainda, que a tese do marco temporal ignora também o fato de que, até 1988, os povos originários eram tutelados pelo Estado e não tinham autonomia para lutar, judicialmente, por seus direitos.



# Sem demarcação, não há democracia

Indígenas expressam preocupação perante posição da AGU sobre o marco temporal

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Na última manhã do Acampamento, sexta-feira (28), o presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, esteve no acampamento, e reforçou o seu compromisso com a demarcação de terras indígenas no Brasil. Na ocasião, o presidente anunciou a homologação de seis territórios:

- Terra Indígena (TI) Arara do Rio Amônia (AC), com população de 434 pessoas e portaria declaratória do ano de 2009.
- TI Kariri-Xocó (AL), com população de 2.300 pessoas e portaria declaratória do ano de 2006.
- TI Rio dos Índios (RS), com população de 143 pessoas e portaria declaratória de 2004.
- TI Tremembé da Barra do Mundaú (CE), com população de 580 pessoas e portaria declaratória do ano de 2015.
- TI Uneiuxi (AM), com população de 249 pessoas e portaria declaratória do ano de 2006.
- TI Avá-Canoeiro (GO), com população de nove pessoas e portaria declaratória do ano de 1996.

“Eu quero não deixar nenhuma terra indígena que não seja demarcada nesse meu mandato de quatro anos”, garantiu o presidente ao público, composto por indígenas, servidores e apoiadores. “Esse é um compromisso que eu tenho e que eu fiz com vocês antes da campanha”.

Apesar do compromisso assumido e reafirmado pelo mandatário, o cacique-geral do povo Xokleng denunciou, na plenária do dia 27, que integrantes da Advocacia-Geral da União (AGU) têm atuado numa linha oposta à do próprio governo.

“Dentro do governo há gente que é contra os povos indígenas. Tivemos uma reunião em março [deste ano] na AGU, e dois procuradores fizeram uma proposta para negociar a terra, fizeram uma mesa de conciliação para receber indenização da nossa terra. Mas eu disse ‘eu não quero dinheiro, doutor. Eu quero minha terra, a terra do meu povo’. Então hoje [27 de fevereiro de 2023] voltamos à AGU para pedir a revogação do Parecer 001 [2017]. Estamos na luta contra o marco temporal. Estamos lutando pelo povo do Brasil inteiro”, concluiu cacique Tucum.



No mesmo dia, além da revogação do Parecer 001/2017, publicado durante o governo de Michel Temer e atualmente suspenso pelo STF, os Xokleng cobraram da AGU que reverta a posição do órgão no caso de repercussão geral na Suprema Corte.

Sob o governo de Jair Bolsonaro, a AGU posicionou-se a favor da tese do marco temporal – e, portanto, contra os Xokleng e os direitos dos povos originários. A posição do órgão federal entrou em contradição, inclusive, com a manifestação inicial da Funai no processo, que recorreu da ação possessória contra os Xokleng.

Apesar da mudança de governo, a AGU ainda não reformulou sua posição oficial no âmbito do julgamento – e foi cobrada pelos Xokleng, em reunião, para que faça isso antes que o julgamento, previsto para retornar no dia 7 de junho, seja retomado.

Ainda durante a plenária do dia 27, Jocemar Kaingang, assessor jurídico da Articulação dos Povos Indígenas na Região Sul (ArpinSul), lembrou que a tese do marco temporal foi construída na contramão da Constituição Federal de 1988.

“Nós, juristas indígenas, consideramos essa tese [marco temporal] esdrúxula. Uma tese que tenta legalizar a ilegalidade. Ou seja, tornar legal o que, segundo a Constituição, é inconstitucional. Os povos indígenas sempre tiveram o direito à terra, que é o que diz a tese do indigenato. Não tem como deixarmos vingar o marco temporal, não tem como deixar que seja aprovada, porque seria o fim das demarcações de terras indígenas”, clama Jocemar.

## 19º ATL: indígenas de todo o país reivindicam demarcação de territórios e proteção de direitos

Por Marina Oliveira, da Assessoria de Comunicação do Cimi

O primeiro dia do 19º Acampamento Terra Livre (ATL) já começou movimentado na capital federal. Ao som dos cantos, maracás, casacas e tambores, os indígenas marcharam até o Congresso Nacional. Nas faixas e cartazes, era possível ver mensagens contra a tese do marco temporal – prevista para ser julgada em junho pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Protestos contra projetos de lei anti-indígenas que tramitam no Poder Legislativo também foram pautados, bem como pedidos de demarcação de territórios.

O Projeto de Lei (PL) 490, que inviabiliza a demarcação dos territórios, e o PL 191, que regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas aparecem como os PLs mais criticados e prejudiciais aos povos originários.

Enquanto parte das delegações aguardava do lado de fora do Congresso Nacional, um grupo de 600 indígenas participavam de uma sessão solene, na Câmara Federal, em homenagem ao Abril Indígena. Horas antes, foi lançada a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas, coordenada pela deputada federal Célia Xakriabá (Pso/MS) e pelo vice-coordenador, o deputado federal Airton Faleiro (PT/PA).

No gramado em frente ao Congresso Nacional, Simão Vilhalva, liderança do povo Guarani Kaiowá, falou à equipe de Comunicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) sobre a urgência de demarcar as terras dos povos originários.

“Estamos aqui reivindicando que a nossa demarcação saia logo. Hoje nos sentimos muito ameaçados. A nossa Constituição [Federal] precisa ser respeitada. Esperamos que sejam extinguidos os projetos de lei [anti-indígenas] e o marco temporal. Se não sair a nossa demarcação, com certeza ocorrerão mais mortes e derramamento de sangue dos povos indígenas. Mas, com a demarcação, a violência contra os povos acabará. A nossa esperança é essa”, diz a liderança.

### Violência secular

A violência contra os povos originários e seus territórios não é algo recente. Desde a chegada dos colonizadores – também chamados de invasores –, os direitos originários são usurpados. As violências cometidas por grileiros, madeireiros, garimpeiros, fazendeiros, ruralistas, empreendedores, e seus aliados, mostram que os resquícios da colonização ainda fazem parte, mesmo hoje, da realidade dos povos que habitam suas terras ancestrais.

Ao Cimi, Debora Tupinikim, do povo Tupinikim, relembrou esse contexto, e frisou a importância de demarcar os territórios para assegurar os direitos originários.

“O território é sagrado para nós. Sem território, a gente não existe. Nós viemos de um processo de violência muito grande desde o início das invasões, da colonização. Sofremos um processo de desapropriação territorial muito grande. E a gente viu que esse processo se intensificou muito no período da ditadura militar, momento que se iguala às primeiras violências de invasões. Nesse período, os povos sofreram remoção forçada, foram tirados de forma violenta para favorecer grandes empresários e o poder econômico”, explica Debora.

“E hoje buscamos retomar os nossos territórios. Temos vários territórios estrangulados, retirados por empreendimentos, e isso causa muito impacto em nossa saúde e em nossa cultura. E o marco temporal é um reflexo dessa política anti-indígena que vem, desde o período da ditadura militar, e até antes, que desconsidera todo esse processo de violência, de remoção forçada, que sofremos antes da Constituição Federal de 1988. Precisamos de políticas essenciais, de saúde e de educação. Precisamos da demarcação de nossos territórios”, finaliza.

## Julgamento no STF será “decisivo” para que terras indígenas “sejam reconhecidas como legítimas e legais”, afirma CNBB

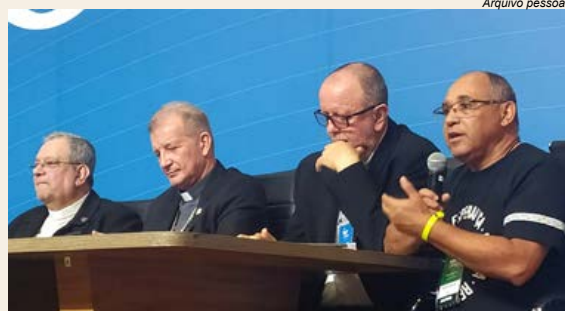
Por Assessoria de Comunicação do Cimi, com informações da CNBB

Enquanto cerca de seis mil indígenas encerravam o 19º Acampamento Terra Livre (ATL) na capital federal, também era finalizada, no dia 28 de abril, a 60ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Na ocasião, foi divulgada uma “mensagem ao povo brasileiro”, uma carta dos bispos que destacou a importância histórica dos povos originários e de sua resistência, assim como a necessidade de que os postos que agora conquistaram em espaços governamentais de decisão repercutam em ações efetivas.

“Reconhecemos a importância da resistência histórica do movimento indígena, cujo fruto se traduz na chegada de suas lideranças a diversos postos de decisão no governo federal e em alguns governos estaduais. Contudo, essa presença não pode ser apenas figurativa. Há uma imensa necessidade de se adotarem providências e ações concretas em defesa desses povos. Não podemos mais aceitar em nossa história o descaço com os povos originários”, afirma o documento.

O julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que deverá trazer uma definição sobre a tese ruralista do marco temporal e, conseqüentemente, sobre a demarcação das terras indígenas no Brasil, também foi apontado pela CNBB como “decisivo”.

“Acreditamos que o julgamento da tese do marco temporal pelo Supremo Tribunal Federal, no próximo mês de junho, seja decisivo para que suas terras sejam reconhecidas como legítimas e legais. Temos esperança que essa definição venha a ser um passo importante para a garantia dos direitos constitucionais”, afirma o documento.



Antonio Eduardo de Oliveira, secretário executivo do Cimi (direita), e dom Roque Paloschi, presidente do Cimi e arcebispo de Porto Velho (RO), participaram da 60ª Assembleia Geral da CNBB

A CNBB é uma das organizações que atuam como amici curiae – “amigas da Corte” – e se manifestaram contra a tese do marco temporal e em favor dos direitos constitucionais dos povos indígenas no processo que corre na Suprema Corte.

Na avaliação dos bispos, os diversos problemas e conflitos sociais vivenciados no Brasil e no mundo “têm origem na opção por um modelo econômico cruel, injusto e desigual”.

“Por trás da palavra ‘mercado’”, aponta a mensagem, “existe um sistema financeiro e econômico autônomo, que protagoniza ações inescrupulosas, destrói a vida, precariza as políticas públicas, em especial a educação e a saúde, adota juro abusivos que ampliam o abismo social, afeta a cadeia produtiva e reduz o consumo dos bens necessários à maioria do povo brasileiro”.

# De Roraima ecoa o som dos maracás

Povos Wapichana, Macuxi, Taurepang, Wai Wai, Patamona, Saporá, Ingaricó, Yanomami e Ye`kuana dos territórios indígenas de Roraima levantam acampamento em Boa Vista, unindo-se às delegações acampadas em Brasília, e lançam carta com reivindicações

Por **Lígia Apel**, da Assessoria de Comunicação do Cimi Regional Norte 1

“O futuro indígena é hoje – sem demarcação não há democracia”. Com esse slogan, a 4ª edição do Acampamento Terra Livre em Roraima (ATL/RR), foi realizado na praça Ovelário Tames Macuxi, no centro de Boa Vista, nos dias 24 a 28 de abril. O evento seguiu a mobilização nacional em Brasília.

Marcado pelos cantos, danças e rituais sagrados, o ATL/RR reúne lideranças, Tuxauas, coordenadores, professores, estudantes, acadêmicos, mulheres, jovens, conselheiros, pajés, artistas, artesãos, agricultores, operadores em direito, agentes ambientais, comunicadores, crianças e diretores dos povos Wapichana, Macuxi, Taurepang, Wai-Wai, Patamona, Saporá, Ingaricó, Yanomami e Ye`kuana, para exigir seus direitos à vida e ao respeito pelas suas culturas.

São 523 anos de resistência. Forças e sabedorias que não se apagaram, continuam vivos e atuantes, e irão se manter nas novas gerações. É o que afirma, emocionada, Raquel Wapichana, Coordenadora Estadual da Juventude do Estado de Roraima (CIR) e tem por objetivo envolver e dar voz e vez aos jovens indígenas dos territórios do estado.

“A gente também está aqui para contribuir justamente com a nossa liderança. A gente não sabe de tudo, mas aquilo que a gente sabe, a gente aprende com os nossos tuxauas, com as nossas lideranças. Eles estão deixando o legado deles e a gente vai assumir também essas responsabilidades e de estar nessa luta também”.

Sobre o ATL/RR, a jovem Wapichana diz que a juventude tem papel na participação, porque é um momento de troca de informações e de formação. “Nós, enquanto jovens lideranças temos esse papel fundamental de somar, juntamente com as nossas lideranças e fortalecer o movimento indígena, que é uma causa, que é uma luta de todos nós. E quando a gente vem pra cá, a gente não vem só reivindicar, manifestar, propor, mas também aprender, porque aqui acontece uma formação política da juventude, é daqui que sai grandes lideranças, daqui que sai também grandes tuxauas, coordenadores e, quem sabe também outras com outras posições maiores também, que representam o movimento indígena”.

Alcineia Wapichana, da região Serra da Lua, disse que o maior objetivo das delegações que vieram acampar em Boa Vista e participar do ATL/RR é reivindicar as homologações dos territórios que ainda faltam, direitos às políticas públicas específicas e, também, a saída definitiva dos garimpos das terras Yanomami e demais territórios indígenas de Roraima. “Estamos aqui e ficaremos até dia 29 reivindicando as homologações das nossas terras indígenas, reforçando nossos direitos enquanto povos indígenas, melhorias pra saúde, educação, território e sustentabilidade, e também reivindicando ‘não ao garimpo’ que vem degradando os nossos povos Yanomami”, afirma.

Logo no primeiro dia do acampamento, os povos indígenas do ATL/RR publicaram Documento onde expõem suas reivindicações e exigências de respeito por suas culturas e formas de vida. Na Carta também se posicionam como apoiadores da política indígena assumida pelo atual governo, mas



Marcha ATL/RR



Em frente à Assembleia Legislativa

alertam para que o Estado cumpra seu papel constitucional de proteção aos povos indígenas.

“O nosso Acampamento Terra Livre (ATL), reconhece o esforço do governo em atender as reivindicações do Movimento Indígena, a começar pela criação do Ministério dos Povos Indígenas, tendo como ministra, Sonia Guajajara; da nomeação da ex-deputada Federal Joenia para Presidência da Funai, de Ricardo Weiber para SESAI e dos demais parentes que ocuparam os órgãos do executivo nos estados, em Roraima, a Sra. Marizete Macuxi para coordenação regional da Funai, Zelandes Patamona para o Distrito Leste de Roraima; Leonardo Pereira e Maria Deolícia que assumiram o Departamento de Educação Indígena no estado. Mas queremos enfatizar que “Governo é governo; Movimento Indígena é movimento indígena”. Vamos fortalecer e contribuir com as nossas lideranças nesses espaços, mas não aceitaremos imposições e nem atos contrários aos nossos direitos”, lista o documento.

O ATL/RR também se posiciona frente ao julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365, que tem como base a situação da Terra Indígena Xokleng Ibirama Laklaño, do povo Xokleng, em Santa Catarina, para decidir sobre como serão os processos de demarcação dos territórios indígenas.

“Esperamos que o julgamento (...) reafirme a interpretação da Constituição brasileira de acordo com a tese do Indigenato (Direito Originário) e que enterre em definitivo, qualquer possibilidade de acolhida da tese do marco temporal. Pois o processo histórico de violência, a invasão de nossas terras, a

impunidade e à discriminação nos levaram a sair de nossos territórios e muitas das vezes forçados a esconder nossas identidades, além da morosidade do governo federal em demarcar nossos territórios. Se prevalecer o entendimento da tese do marco temporal, nossa sobrevivência e o futuro de nossas gerações estarão em grave risco”, afirma o documento.

Além do firme posicionamento contra o marco temporal e mostrando que os povos indígenas estão atentos ao jogo de forças que está posto no cenário político nacional, o Documento alerta para medidas legislativas em andamento no Congresso e Senado Nacional e reafirmam sua luta contra elas.

“Reafirmamos nossa luta para impedir o avanço de medidas legislativas no Congresso Nacional, infelizmente tomada por uma parcela anti-indígena, que atentam contra os direitos territoriais como: PL 490/2007 (marco temporal); PL 191/2020 (mineração em Terras Indígenas); PL 6299/2002 (PL do Veneno); PL 2633/2020 e PL 510/2021 (Grilagem de Terras); PL 3729/2004 – agora no senado como PL nº 2159/2021 (Licenciamento Ambiental); E PDL 177/2021 (Denúncia da Convenção 169 da OIT)”, se posicionam.

Mais inflexível ainda, o documento traz a posição do ATL/RR diante da crise humanitária que se instalou junto aos povos da Terra Indígena Yanomami, decorrente da invasão garimpeira. Os indígenas apoiam as ações em andamento, mas dizem que não está sendo suficiente. Mais e melhores equipes e insumos são necessários para a recuperação da vida Yanomami. A desintração não pode parar, bem como deve se estender aos territórios para onde os garimpeiros estão indo.

“Outra razão que nos une é a luta pela vida dos povos indígenas, especialmente, vida do povo Yanomami que passa pela grave crise humanitária em decorrência do garimpo ilegal. No início do atual governo acompanhamos as operações de retirada de garimpeiros, destruições de equipamentos e a atuação de agentes, como Polícia Federal, Ibama, Funai e demais, porém, ainda não é suficiente. O garimpo ilegal continua e continua mantendo e violando mulheres e crianças Yanomami, seja pela doença, garimpo e até mesmo pela fome, provocados pelas invasões. Reconhecemos o esforço do governo federal de retirar os garimpeiros da terra indígena Yanomami, mas também é preciso fiscalização e operação em outras terras indígenas, como Raposa Serra do Sol e Wai-Wai, para onde os garimpeiros estão fugindo e se instalando”, reivindica o documento.

Por fim, discriminação, perseguição, ameaças e criminalização das lideranças são denunciadas. “Nossas lideranças estão sendo criminalizadas por defender seu território, somos alvos de racismo e discriminação por manifestar nossa cultura e identidade, inclusive por autoridades públicas, nossas lideranças estão ameaçadas, inclusive de morte”, denunciam e reivindicam proteção. “Para evitarmos mais registros nos dados de mortes, é necessário um programa de proteção específico às lideranças dentro do seu próprio território”, dizem afirmando que não precisam sair de suas casas para defender suas vidas.

Concluem o documento afirmando suas lutas, força e sabedoria na construção de um “Brasil mais democrático, sem marco temporal e demarcação já!”



Grande Parixara dança Macuxi e Wapichana

# Povos originários de Mato Grosso cobraram respeito a direitos e territórios

Primeira edição estadual da tradicional mobilização indígena reuniu lideranças de 26 povos entre os dias 10 e 13 de abril, em Cuiabá (MT)

Por **Gilberto Vieira dos Santos**, Coordenador do Cimi Regional Mato Grosso, e **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

“Hoje é um marco importante na história de Mato Grosso”. Assim deu início a sua fala, copresidindo a audiência pública, Eliane Xunakalo, do povo Kurã-Bakairi, presidenta da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (Fepoimt). Esta audiência, realizada fora das dependências da Assembleia Legislativa, no dia 13 de abril, foi convocada e presidida pelo deputado estadual Lúdio Cabral (PT), tendo como tema: Direitos dos Povos Originários: saúde, educação, sustentabilidade e uso da terra nos biomas Cerrado, Pantanal e Amazônia, encerrando os quatro dias do Primeiro Acampamento Terra Livre (ATL) Regional de Mato Grosso.

Durante as falas da mesa, composta também pelo deputado estadual Valdir Barranco (PT), Renan Sotto Mayor, da Defensoria Pública da União (DPU), Ricardo Pael, do Ministério Público Federal (MPF), Filadelfo Umutina, do Conselho Estadual de Educação Indígena (CEEI), representante do Conselho Indigenista Missionário – Cimi Regional Mato Grosso, entre outros, ressaltou-se a importância da demarcação e proteção dos territórios indígenas, rechaçou-se as invasões e explorações ilegais, reafirmando ainda o papel do poder executivo estadual na efetivação de outros direitos, como educação e saúde.

De fato, foi um marco importante a realização deste 1º ATL em Mato Grosso, organizado pela Fepoimt, que contou com a participação de 26 povos do estado e organizações aliadas, somando em torno de 290 pessoas que acamparam nas proximidades do Monumento Ulysses Guimarães, enfrentando dias de chuva, o calor próprio da cidade de Cuiabá e as ações discriminatórias de algumas pessoas que passaram pela região do Centro Político Administrativo (CPA), onde o acampamento se instalou.

Durante a audiência, em uma breve, mas relevante passagem, o cacique Raoni Metuktire foi acolhido e ovacionado pelos presentes, reafirmando sua grande importância não só enquanto liderança histórica, mas também pela valorização daquele espaço, construído por muitos jovens, inclusive por seus netos. Raoni voltou à tarde para uma fala aos seus parentes, que o aguardavam ansiosos. Em sua fala, destacou a necessidade da defesa dos territórios e dos direitos dos povos sobre esses, onde já viviam antes dos não indígenas chegarem.

Sobre os projetos que ameaçam as comunidades e territórios, afirmou que “não vamos concordar com a construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCH) em terra indígena. Não vou concordar com o trabalho dos garimpeiros e madeireiros em terra indígena. O desmatamento é problema. A floresta ameniza a temperatura para a gente sobreviver, se derrubar tudo, pode haver problemas maiores, pode ter mais inun-



Liderança Mebengokrê durante o 1º ATL de Mato Grosso

dação e problemas ambientais. Nós vamos ter problema se continuar assim”.

Raoni participou também da reunião entre lideranças da Fepoimt e governo estadual, ocasião em que foram apresentadas as demandas dos povos.

Segundo o documento final do 1º ATL MT, os objetivos principais da mobilização foram: “promover e unir as forças indígenas, compartilhar os debates sobre as demandas dos povos originários nos seus territórios, promover o diálogo com as instâncias do governo estadual e com parlamentares sobre os empreendimentos que nos impactam, sobre a exclusão dos direitos adquiridos”.

Destacou-se a necessidade da consulta prévia, livre e informada, em consonância com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) frente às propostas de construção de hidrelétricas, estradas e outros empreendimentos que afetam as terras e povos indígenas no estado.



Primeira Assembleia de Chefes Indígenas, 1974, em Diamantino (MT)



Mulheres Rikbaktsa durante ATL de Mato Grosso

O ATL teve sua abertura, no dia 10 de abril, com a realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, ocasião em que o secretário de estado de Educação atendia a convocação feita pelos deputados para tratar do tema da Educação Escolar Indígena.

Entre as cobranças feitas, a de que o governo estadual assinasse o convênio para a abertura de mais uma turma da Faculdade Intercultural, da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat) – já anunciada em 2022, mas que segue sem atendimento. As lideranças se revezaram no púlpito, cobrando do secretário a garantia da plena participação dos povos originários nas decisões que lhes afetem.

Lembraram da necessidade de que os materiais didáticos sejam adequados a cada realidade, além de reafirmarem que cada povo tem, e nisso devem ser respeitadas, dinâmicas e pedagogias próprias; fatos que não vêm sendo considerados pela Seduc na implementação da política de educação, inclusive com a ameaça da instalação de ponto eletrônico nas escolas das aldeias, o que foi rechaçado por diversas lideranças.

Em outro momento no ATL, um alerta foi trazido pelo povo Rikbaktsa, que denunciou a presença de empreendimento mineral em seu território e lembrou que as ações para desarticular a exploração por garimpeiros ilegais na TI Yanomami (RR) têm provocado um avanço destes invasores sobre territórios indígenas em Mato Grosso.

Os Rikbaktsa também denunciaram, durante o acampamento, as manobras de empresas que vêm buscando implementar usinas hidrelétricas (UHEs), como a UHE Castanheira, desrespeitando ou burlando os processos de consulta previstos pela legislação.

Em documento protocolado na Secretaria Estadual de Meio Ambiente, os Rikbaktsa pedem o arquivamento do processo de licenciamento. Questionam que “o Estudo de Componente Indígena considerou a usina inviável por conta dos impactos negativos aos nossos povos e territórios. Por que o licenciamento não foi arquivado com tantos erros?”

A mesma denúncia foi apresentada por lideranças do povo A'uwê-Xavante, no caso das PCHs Cumbuco e Geóloga Lucimar Gomes, cujo empreendedor está realizando reuniões nas aldeias e considerando-as como consulta prévia. Este método, desrespeitoso dos processos de consulta próprios de cada povo, afronta a Constituição Federal e a Convenção 169 da OIT, a qual determina que a consulta deve se dar de forma prévia, livre e informada. Infelizmente, outros empreendimentos hidrelétricos, estradas e ferrovias, voltados mormente ao benefício de um setor econômico do estado, reverberam a mesma prática.

Realizado duas semanas antes do 19º Acampamento Terra Livre nacional, que reúne mais de cinco mil indígenas na capital federal entre os dias 24 e 28 de abril, o ATL Regional em Mato Grosso antecipou muitas das pautas que mobilizam os povos originários em Brasília.

Entre elas, um dos temas discutidos foi o julgamento do caso de repercussão geral sobre a demarcação de terras indígenas, o Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365. O processo, em análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF), deve definir o futuro dos povos e de seus direitos territoriais.

Durante os debates no 1º ATL MT, diversas lideranças indígenas apontaram a necessidade de que o STF reafirme o direito originário dos povos sobre seus territórios e rechaçaram a tese do marco temporal. ♦

## Bebendo na fonte: 49 anos

Em abril de 1974, em pleno “milagre brasileiro”, anos de chumbo da ditadura militar, duas dezenas de indígenas se reuniram embaixo de algumas mangueiras, em Diamantino (MT). Era abril. Uma comemoração diferente. Fato que viria marcar profundamente a luta dos povos indígenas no Brasil. Se lançavam as sementes de um novo movimento indígena no país. Nos dez anos seguintes, foram mais 50 Assembleias Indígenas em todo o país. (HECK, 2014).

Ver os povos originários de Mato Grosso reunidos em Cuiabá, nos remeteu a um princípio: as primeiras assembleias indígenas. No livro “O Movimento Indígena no Brasil”, organizado por Egon Heck e Clovis Antonio Brighenti, lemos o seguinte trecho:

“A primeira assembleia ocorreu de

17 a 19 de abril de 1974, em Diamantino (MT). Apesar dos poucos registros, essa assembleia é um marco do movimento indígena contemporâneo no Brasil. Uma pequena nota publicada no Boletim do Cimi afirmava que os indígenas também tinham o direito de se reunir.”

É justamente na esteira deste processo histórico que representou a realização do primeiro ATL; em um contexto novo, fora da ditadura, iluminado pelos direitos conquistados em 1988 – aliás, resultado deste processo de assembleias e da articulação do movimento indígena –, sem o peso da tutela que impunha limites até ao deslocamento das lideranças e com um número incomparável aos primeiros 20 participantes.

Parafraseando o teólogo Paulo Suess, a realização desta mobilização é colheita

e sementeira, 49 anos após a primeira assembleia e 23 anos após a Marcha e Conferência Indígena, que se realizou na Bahia e contou com expressiva participação de povos de Mato Grosso.

Colheita, pois a juventude que nestes tempos assume com firmeza a luta por direitos, bebe na fonte fecunda que segue entre nós, representada na pessoa de Raoni, mas também em tantas e tantas que se mantiveram fiéis às lutas e coerentes na defesa dos povos; sementeira, pois na mirada para o futuro, seja nas crianças que corriam pelo acampamento ou embaladas ao colo de suas mães, nas falas livres e empolgadas de jovens lideranças, na disposição em construir espaços coletivos, vislumbra-se a resiliência do sempre renovado movimento indígena.

# Novo governo, mesmas demandas

Povos indígenas seguem até a Capital Federal em busca da garantia de seus direitos previstos na Constituição. Nos quatro primeiros meses de 2023, quase 400 indígenas deixaram seus territórios para participar de incidências políticas em Brasília; mais de 60 audiências foram realizadas neste período

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

**A**pós quatro anos de um governo anti-indígena, os povos originários enfim voltam a ser recebidos em órgãos do Estado. Nos quatro primeiros meses de 2023, quase 400 indígenas desembarcaram na capital federal com objetivos em comum: reivindicar a demarcação de seus territórios e a proteção de direitos, assegurados pela Constituição Federal de 1988. Mais de 60 audiências foram realizadas neste período, em uma série de agendas em quase 30 órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Tais iniciativas contaram com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e de seus regionais, que estão a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas para seguirem resistindo aos ataques à sua existência

No dia 29 de março, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara Federal, Cássio Júnio, liderança do povo Xukuru-Kariri, do estado de Alagoas, falou sobre a importância de se atentar ao trâmite das proposições contrárias aos direitos originários que tramitam nos Três Poderes. “O inimigo dos povos indígenas não dorme. O marco temporal vem sendo colocado por mais de uma via: pelo STF e também pelo projeto de lei [490/2007], na Câmara. Precisamos estar sempre atentos, sempre vigilantes. Pedimos aos deputados que se unam a nós”.

Em coro, Maria Gabriela Pinheiro, indígena Kariri-Xocó – povo localizado também em Alagoas – reforçou o pedido de fortalecimento do diálogo entre as bases e o parlamento: “São muitos projetos de lei que temos que enfrentar e vencer. Precisamos fortalecer a nossas bases e levar o diálogo daqui para lá. O dinheiro pesa muito nesse país, mas a força da nossa ancestralidade segue presente. Nossos estados precisam sentir a força da potência indígena que temos. Nossos prefeitos e deputados precisam reconhecer a força que temos em nossas bases. Tem muita coisa em jogo, mas o segredo é fazer da base até o topo”, afirmou Maria Gabriela.

Em outros estados do país, a situação não é diferente: de norte a sul, povos indígenas enfrentam uma luta diária para garantir a sobrevivência dentro dos territórios. Dessa forma, também partilham a angústia para derrubar, o quanto antes, a tese do marco temporal.

“Estamos em uma situação extremamente difícil, pois estamos sem território. Em breve, vocês receberão a notícia da retomada de nossa terra, porque um indígena sem território é um indígena sem a sua identidade. O nome marco temporal marca a nossa vida. E, se for aprovado, não vai só marcar, mas vai acabar com a nossa vida. Pedimos que haja uma resolução o quanto antes do marco temporal. Esperamos que os deputados se unam a nós e digam não a essa tese”, pediu Lu Dias Guimarães, indígena do povo Xerente do Araguaia (MT).

Lurdélice Moreira Nelson, do povo Guarani Kaiowá, também teve a oportunidade de apresentar o crítico cenário



Lideranças indígenas de todo o país se reuniram, no dia 29 de março de 2023, com a deputada Célia Xakriabá na Câmara Federal

de violência enfrentado pelos Guarani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul (MS)

“A terra é nossa, é dos povos indígenas. Deveria realmente ser a nossa casa. Mas hoje é uma disputa, somos massacrados. Deputados do próprio estado [MS] estão dizendo que, ao solicitarmos o nosso espaço, podemos ser levados à Justiça. A nossa lei tem sido violada, não é respeitada. Temos que morrer para buscar a nossa terra de volta. Precisa mesmo que o parente morra para que só assim nos escutem?”, questionou, em lamento, Lurdélice.

Em apoio aos indígenas, o deputado Airton Faleiro diz que, apesar de o cenário ser mais favorável em comparação aos últimos quatro anos, ainda é preciso avançar.

“Quem estiver mais mobilizado e organizado, tem mais chance de avançar. Foi uma grande conquista ter a Sônia

como ministra do Ministério dos Povos Indígenas [MPI], e Joênia, como primeira presidenta mulher indígena da Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas]. Mas é preciso avançar mais. Temos que manter, de forma estratégica, essa ação combinada. Vocês nas organizações, nós [deputados e deputadas] no parlamento, e o governo do presidente Lula através do MPI. É preciso fazer um tripé entre a mobilização popular, parlamento e governo federal para que a gente possa construir dias melhores”, afirmou o deputado.

O secretário adjunto do Cimi, Luís Ventura, também lembrou que, apesar de o momento ser mais propício ao movimento indígena, ainda é necessário que continue mobilizado.

“Temos que aproveitar esses quatro anos para avançar. Mas não vai ser fácil. Agora é o momento de somar, somar uma força-tarefa. O poder dos povos indígenas nunca foi tão importante quanto será nesses próximos anos. Precisamos pensar estratégias. Estamos vivendo diante de um governo que muito nos satisfaz e alegra. Mas é muito disputado e, por isso, teremos que disputar esse governo”, afirmou o secretário adjunto do Cimi.

Em sua fala, Luís também reforçou a necessidade de seguir batalhando contra a tese ruralista, que aguarda julgamento na Suprema Corte, para que seja, finalmente, enterrada.

“Os três Poderes têm responsabilidade. O Judiciário, através do STF, tem que pautar e julgar logo o marco temporal. O Executivo precisa revogar o Parecer 001 [de 2017] da AGU. E cabe ao Legislativo livrar dessa batalha contra o PL 490 [de 2007]. Garantindo uma vitória no STF, boa parte do PL 490 cai. O Cimi está à disposição, e tomara que a gente volte aqui, neste auditório, para celebrar a derrubada da tese do marco temporal”, finalizou.

## Partilhas e reivindicações

“O nosso pedido é para que sigam acompanhando e monitorando esse processo [de demarcação das terras indígenas]. Obviamente, temos pautas relacionadas à saúde, à educação, mas muitas dessas pautas emperram por falta de território”, disse Cassio Júnio Ferreira, liderança do povo Xukuru-Kariri. A fala aconteceu no dia 28 de março, quando a delegação do nordeste foi recebida por Carlos Alberto Vilhena, procurador federal dos Direitos do Cidadão, na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC).

O povo indígena Kuxuru-Kariri, do município de Palmeira dos Índios (AL), aguarda a homologação do território para garantir, de uma vez por todas, o direito de viver livre. Eles pedem também a desintrusão do território, que hoje conta com mais de 450 posseiros.

Ervison Geripankó, do povo Geripankó, também falou sobre a importância de demarcar os territórios indígenas. “Há 28 anos, o meu povo luta pela demarcação da nossa terra. A terra é quem nos dá de comer. Não existe saúde



Foto: Guilherme Cavalli/Cimi

## Marco temporal

**É** uma tese que busca restringir os direitos constitucionais dos povos indígenas. Nessa interpretação, defendida por ruralistas e setores interessados na exploração dos territórios tradicionais, os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988, ou que, naquela data, estivessem sob disputa física ou judicial comprovada.

A tese ruralista inviabiliza a demarcação dos territórios indígenas de todo o país. Na contramão do direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e da tese do Indigenato, que é uma tradição legislativa que entende

que os povos indígenas têm direito à terra como um direito originário, anterior à formação do próprio Estado.

Somente com a garantia dos territórios livres de invasores é possível preservar os conhecimentos ancestrais, a língua, as tradições seculares, a religiosidade, os alimentos, os recursos naturais, a vida e o Bem Viver de todas e todos.

O julgamento do marco temporal está paralisado no Supremo Tribunal Federal (STF) desde setembro de 2021, quando o ministro Alexandre de Moraes pediu vista. Recentemente, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber,

anunciou para 7 de junho a retomada do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1017365, com repercussão geral. Até o momento, foram proferidos dois votos: o do relator, ministro Edson Fachin, que se manifestou contra o marco temporal, e o do ministro Nunes Marques, a favor.

Apesar de estar em julgamento na Suprema Corte, o marco temporal também aparece em outras esferas de Poder: no Executivo – por meio do Parecer 001/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU), ainda não revogado – e no Legislativo – através do Projeto de Lei (PL) 490/2007.

Foto: Marina Oliveira/Cimi


**Encontro de lideranças, organizações indígenas, indigenistas e missionários, em janeiro de 2023**

Foto: Leo Bark/Secom MPF


**Lideranças indígenas entregam ao procurador da PFDC, Carlos Vilhena, documentos com reivindicações e denúncias sobre as situações dos territórios**

e educação se não tiver demarcação de território. Por isso, precisamos da demarcação. Não houve qualquer avanço mesmo depois de 28 anos. A gente sabe que há impasses para impedir esse processo”.

“A gente quer a terra para manter as nossas tradições e culturas vivas. É da mata que a gente precisa para sobreviver. Não temos a visão da terra para produção e venda, assim como um não indígena tem. Como vimos na conjuntura passada [governo Bolsonaro], a terra servia para venda, exploração de recursos naturais, para fazer queimadas. Precisamos da terra para plantar, para fazer comida. Estamos cobrando um direito que é nosso, garantido pela Constituição Federal”, concluiu a liderança do povo Geripankó.

Atualmente, o povo Geripankó, do município de Pariconha (AL), conta com uma população de, aproximadamente, 4 mil indígenas. Os indígenas vivem hoje em 215 hectares de terra, e reivindicam mais 1.100 hectares há quase três décadas – processo ainda em estudo na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Perante a morosidade, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com Ação Cível Pública, que contou com sentença favorável ao povo Geripankó. No entanto, o caso segue paralisado devido a um impasse sobre os prazos necessários para a finalização do procedimento demarcatório.

Logo que Ervison concluiu a sua fala, o procurador Carlos Alberto Vilhena se solidarizou e se comprometeu a “fazer chegar à 6ª Câmara [do MPF] todos os pedidos”. “Essa visão de que nós não somos só matéria, somos espírito, é importante para preservar todo o sagrado dos povos. E a terra tem uma ligação direta com tudo isso”, afirmou o procurador.

Damião Koiupanká, cacique do povo Koiupanká – localizado no município de Inhapi (Alagoas) –, também vive a angústia de não ter a sua terra demarcada. Desde 2001, o povo Koiupanká reivindica à Funai a demarcação do território. Mas, até o momento, apenas promessas foram feitas, como a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para identificação, delimitação, demarcação e homologação.

Assim como Cassio Júnio, a liderança Koiupanká também falou sobre a invasão por posseiros no território, e não escondeu o medo que o seu povo sente ao transitar pelas matas.

“Queremos praticar os nossos rituais com tranquilidade. Sem precisar correr, para dentro das matas, por medo de posseiros. O meu pedido é que o MPF entre em contato com a Funai e peça, de uma forma melhor, o aceleração para garantir a sobrevivência da nossa comunidade. Nós não queremos sair de lá [do território]”, afirmou Damião.

Outra partilha foi feita pela jovem liderança João Kalankó. João conta que seu povo – que vive nos municípios de Água Branca e Mata Grande (AL) – sofre com constantes invasões de fazendeiros, ameaças e agressões. “A terra é nossa, mas a gente não pode ter o plantio, porque, se plantarmos, os fazendeiros vão dizer que estávamos roubando a terra deles. Que, na verdade, é nossa”. O território também aguarda demarcação.

João lamentou também o acesso de tratores e de despejos de agrotóxicos nas plantações dos Kalankó. Em seu relato, ele diz também que uma das nascentes do rio que passa pelo território secou devido às interferências externas, fato que inviabiliza grande parte da sobrevivência do povo.

Ao final, lideranças dos povos entregaram ao procurador documentos com suas principais reivindicações – que foram protocolados, na sequência, pelo assessor jurídico do Cimi Regional Nordeste, o advogado Daniel Ribeiro.

“Embora a gente esteja vivendo um governo diferente, com nova abertura à demanda indígena, com a Funai diferente, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas [MPI], a solicitação é para que a PFDC interceda, junto a esses órgãos, para dar força política e jurídica. O procurador se comprometeu em analisar as demandas dos povos que estiveram presentes na reunião. Agora, esperamos que tenham resultados positivos”, concluiu Daniel Ribeiro.

## Demarcações paradas

“O que aconteceu nesses últimos quatro anos é que todos os processos que estavam no Ministério da Justiça foram devolvidos para a Funai sob a alegação do parecer 001 da AGU, que vinculava como regra as condicionantes da Raposa Serra do Sol para tentar legalizar o marco temporal”, explicou Janete Carvalho, diretora de proteção territorial da instituição, que na ocasião respondia pela presidenta da Funai, Joenia Wapichana, que estava em viagem à Guatemala. A fala dirigida aos Tupinambá e Tumbalalá durante reunião no dia 22 de abril.

**Tupinambá e Tumbalalá:** Ambos os povos aguardam a emissão da portaria declaratória, penúltima etapa antes da finalização do processo de demarcação. Tanto a Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença quanto a TI Tumbalalá já foram identificadas e delimitadas. Os relatórios circunstanciados de identificação e delimitação (RCID) das duas terras foram publicados em 2009, já tendo, de igual modo, passado pelo período de contestação. Desde então, os processos encontram-se paralisados.

Foto: Maiana Dourado/Cimi


**Representantes dos povos Tupinambá e Tumbalalá se reúnem com equipe do Ministério dos Povos Indígenas**

Mesmo suspenso em 2020 pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, o “parecer antidemarcação”, como assim ficou conhecido pelos indígenas, teve seu efeito de impedimento às demarcações das terras indígenas garantido por um outro parecer, o parecer 763, que também foi publicado pela Advocacia Geral da União (AGU) em 2020 pelo governo federal, proibindo a continuidade dos procedimentos administrativos de reconhecimento e demarcação das terras indígenas no Brasil. Uma medida que marcou a famigerada política de demarcação zero do governo Bolsonaro e que travou quaisquer procedimento administrativo que pudesse vir a demarcar territórios tradicionais.

As lideranças Tupinambá e Tumbalalá cobraram não só a revogação do parecer 763, como também da normativa 09/2020, que autoriza a certificação de propriedades privadas sobrepostas a terras indígenas.

“A pergunta que nós ficamos é se quando a responsabilidade para a assinatura das portarias declaratórias muda do Ministério da Justiça para esta casa, se esse parecer [763] também acompanha. E se a gente precisa também revogar esse recurso”, questiona Ramon Tupinambá, cacique da aldeia Tukum, da TI Tupinambá de Olivença.

O compromisso da nova gestão da Funai é dar prosseguimento a todas as demarcações paralisadas nesses últimos anos. “Nossa primeira missão dada pela ministra e pela presidenta [da Funai] foi retomar todos os processos fundiários que estão parados. Todos”, frisou Janete. A ação implica na conferência de todos os pareceres jurídicos antes do reenvio ao MPI.

“A gente está tomando essas providências para evitar ao máximo novas contestações e novas judicializações que possam inviabilizar a continuidade do processo”, explica a diretora, a fim de justificar a lentidão na retomada dos procedimentos de demarcação.

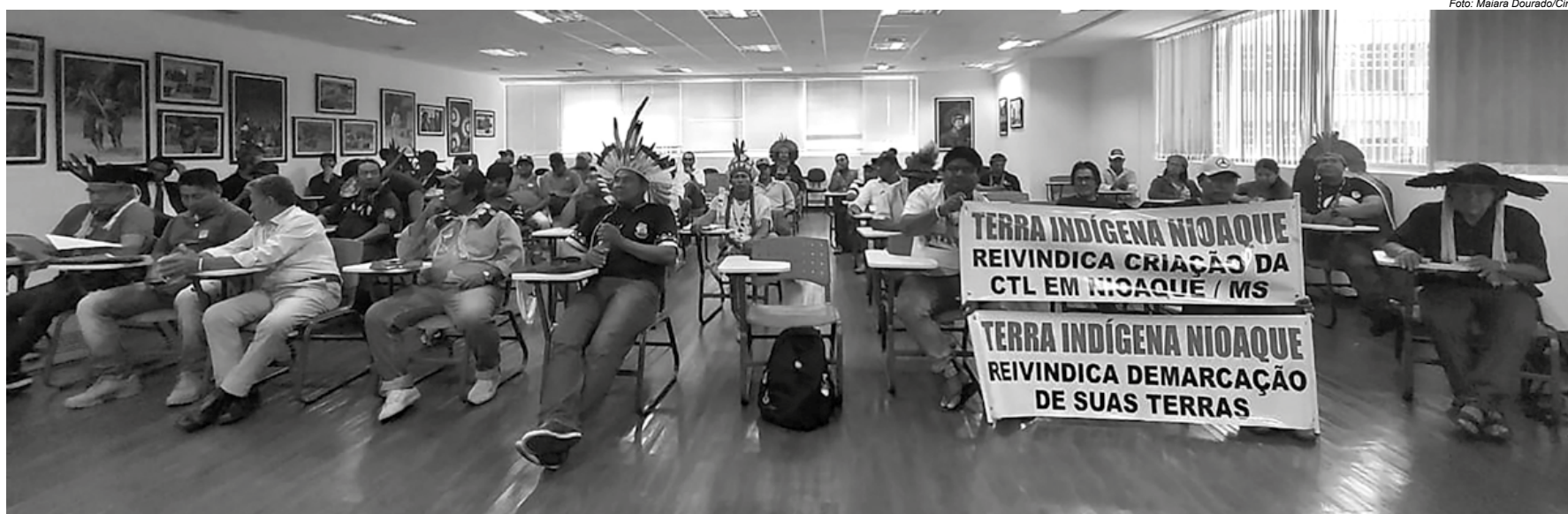
## Revisão dos processos

O novo cenário político com um ministério próprio, comprometido com as questões indígenas, leva esses povos a demandar ainda mais celeridade na regularização de suas terras. “A minha pergunta é justamente se essas cartas [declaratórias] chegaram, se esses processos chegaram e se já está tendo esse avanço?”, interpela Jaborandi Tupinambá, liderança do povo Tupinambá, em audiência com a ministra dos povos indígenas, Sônia Guajajara, no dia 21 de abril.

Segundo a ministra, todos os processos em fase de emissão da portaria declaratória estão sendo revistos pela atual gestão da Funai, que nos últimos quatro anos, no governo de Jair Bolsonaro, trabalhou contra o direito dos povos indígenas. A finalidade da revisão é garantir a segurança jurídica dos processos de demarcação.

“Ele [o processo de demarcação] vai continuar sendo o mesmo. A Funai faz um estudo de identificação de limitação como sempre foi, só que agora, ao invés de ele ir pro MJ ou o MJ assinar, ele vem para cá [MPI]. Aqui, a gente assina a portaria declaratória e aí devolve para Funai para fazer a demarcação física, para a gente encaminhar para a Casa Civil”, explica a ministra.

Para isso, “a Funai está fazendo a atualização desses processos que precisam vir para cá para ser assinado a portaria declaratória [...]. O processo tem que vir qualificado, porque não adianta chegar aqui, passar para frente e chegar lá em cima [na Casa Civil] e voltar [...]. Nós temos que chegar com esses processos inquestionáveis, de forma que eles não sejam devolvidos”, explica a ministra, que se comprometeu em atender o pedido de agilidade na emissão da portaria declaratória feito pelos povos da Bahia. ♦



Povos do Mato Grosso do Sul pedem demarcação de suas terras

## Esperança depositada sobre os ombros de quem conhece bem o peso da violência vivida pelos povos indígenas

Para Daniel Kaiowá, o momento é de celebração, mas também de cobrança, “para que a gente possa avançar e conquistar as nossas reivindicações”, lembra a liderança.

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

“O pensamento maior é o território [...]. Nós queremos resposta, queremos que aconteça [a demarcação]”, demanda Daniel Yudja Juruna em uma das reuniões que aconteceu entre os dias 20 e 31 de março, quando cerca de 200 representantes indígenas, organizados em delegações, percorreram ministérios, secretarias e órgãos do governo federal na busca por respostas e resolução quanto ao processo de regularização fundiária de suas terras. Como dito pelas lideranças da Aty Guasu, em carta entregue à Funai, o peso da esperança dos povos indígenas depositado sobre os ombros dessas instituições é grande, mas se dá na mesma medida do peso da violência por eles vivida.

Os motivos que os levaram a se deslocar até a capital federal não eram muito diferentes dos que os conduziram quatro anos atrás no governo do, então, presidente Jair Bolsonaro. Contudo, o clima, sem dúvida, era outro. As rezas, os cantos e as danças, realizadas nos momentos que antecediam as reuniões com integrantes do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e da Fundação Nacional

dos Povos Indígenas (Funai), davam o tom celebrativo dos encontros. Para Daniel Kaiowá, o momento é de celebração, mas também de cobrança, “para que a gente possa avançar e conquistar as nossas reivindicações”, lembra a liderança.

Em muitos casos, a demarcação das terras indígenas significa o fim de uma série de ataques e violências que incorrem contra esses povos, em sua maioria, afetados por conflitos territoriais com fazendeiros, madeireiros, empreendimentos imobiliários, de garimpo e do turismo. “A gente gostaria muito que tivesse um olhar de fato específico para isso [demarcação das terras], porque o teor de violência naquela região [sul da Bahia] vai aumentar, não vai diminuir”, explica Ramon Tupinambá, cacique da aldeia Tukum, da TI Tupinambá de Olivença.

### “Funai é nossa casa”

O sentimento era de estar em casa, pois “quando nós chegamos aqui hoje, foi assim que o pessoal se sentiu”, explicou Daniel Yudja Juruna, cacique da Terra Indígena (TI) Kapôt Ninhôre, localizada no estado de Mato Grosso, na região do médio Araguaia e do médio Xingu.

“Novamente, a Funai é nossa casa. Por isso, o pessoal dançou. Esse é o momento que nós entendemos de nossa esperança, de nossa alegria”, explica a liderança.

Um sentimento que insurge diante de uma Funai presidida, pela primeira vez, por uma mulher indígena e pela criação de um ministério composto por pessoas que conhecem, concretamente, a realidade desses povos, que são “parentes”, como assim se referem os indígenas entre si.

“Hoje temos nossos parentes no comando e esperamos que sejam mais sensíveis com a nossa luta, pois conhecem a realidade dos povos indígenas do Brasil”, afirma, confiante, o povo Kinikinai em carta entregue à Funai. Os Kinikinai, povo indígena do Mato Grosso do Sul, estão há mais de um século sem território e lutam pela criação do Grupo de Trabalho (GT) de identificação e delimitação de suas terras, a primeira etapa das sete que cumprem o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas.

O longo tempo de espera e a histórica falta de providências dos governos anteriores no que concerne a demarcação de territórios tradicionais indígenas parece não obliterar o tempo de esperança que se apresenta a esses povos.

“A gente realmente está satisfeito, porque naquele tempo, seis anos atrás, quatro anos atrás, a gente tinha que enfrentar o não indígena que não entendia a ideologia do indígena, o porquê de estarmos aqui”, celebra Daniel Kaiowá, liderança e conselheiro da Aty Guasu, a Grande Assembleia Guarani Kaiowá, em audiência com a ministra Sônia Guajajara e com a presidenta da Funai, Joenia Wapichana.

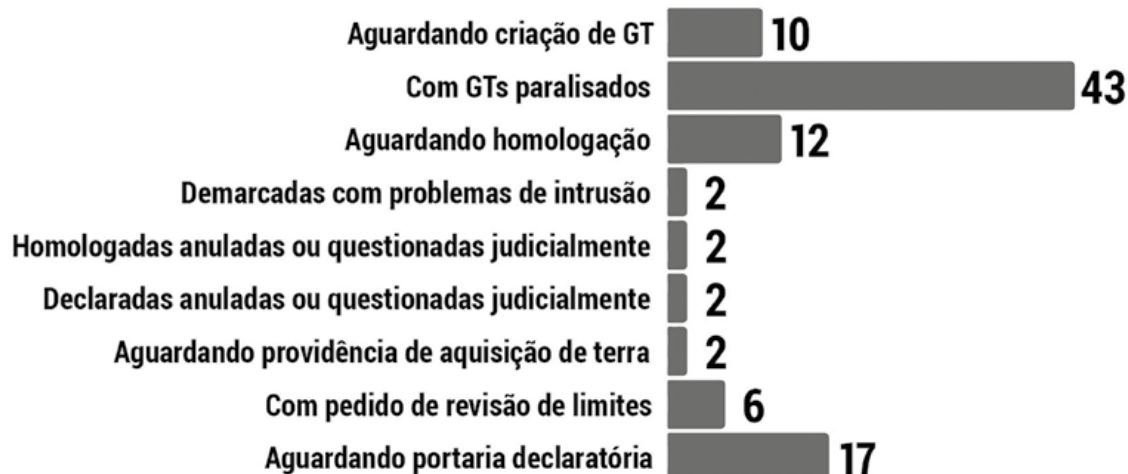
“Hoje isso mudou graças ao nosso movimento indígena, não somente Guarani Kaiowá, mas dos indígenas brasileiros. Chegamos aqui com vocês ocupando esse espaço”, continua.

### “A Funai não está parada”

Apesar da diversidade de temas e desafios que levam os povos indígenas a comparecer em reuniões com órgãos governamentais e instituições indigenistas em Brasília, a luta pela terra os colocam diante de um objetivo comum: a busca pelo andamento e pela celeridade dos processos de demarcação de seus territórios, em sua maioria, travados em alguma etapa do rito administrativo.

Nessa agenda comum, indígenas de Santa Catarina, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Alagoas

### Situação territorial das TIs dos povos que marcaram presença em Brasília



de Sergipe, em audiências próprias com o MPI e com a Funai, questionaram o procedimento de demarcação de mais 80 terras indígenas.

Em muitas reuniões, a ministra dos povos indígenas, Sônia Guajajara, e a presidenta da Funai, Joenia Wapichana, apresentaram sinalizações importantes quanto a definição dos processos de demarcação, como o indicativo de abertura de 8 GTs para identificação e delimitação de terras indígenas e a emissão de 25 portarias declaratórias.

Com o novo governo, a responsabilidade da publicação e assinatura da portaria que declara os limites das terras indígenas e marca o início do processo de demarcação passa a ser assumida pelo MPI, antes uma atribuição do Ministério da Justiça (MJ).

“A Funai não está parada”, esclarece Joenia Wapichana. “Eu peço a vocês uma credibilidade de tempo [...], nem sempre eu vou dar resposta rápida, muita coisa precisa ser atualizada. Não vamos confirmar coisa errada. Muitos pareceres foram contra os povos indígenas”, explica a presidenta ao informar que todos os processos de demarcação estão sendo revisados pela atual gestão da instituição, que nos últimos quatro anos, no governo de Jair Bolsonaro, teve uma atuação anti-indígena.

### 80 processos, 40 GTs parados

Em um levantamento feito pela reportagem, dos 80 processos de demarcação que grupos indígenas pediram providência, em Brasília, mais da metade está com os Grupos de Trabalho (GTs) de identificação e delimitação parados. Outras dez terras não contam nem com a criação de GT, e pelo menos 17 aguardam a emissão das portarias declaratórias.

Das 12 TIs que aguardam homologação, somente três estão na lista das 13 terras indígenas apresentadas pelo governo ainda em sua fase de transição. Dentre elas, a Terra Indígena Xukuru-Kariri, do mesmo povo; a TI Kariri-Xocó de povo homônimo e a TI Cacique Fontoura, do povo Karajá.

Além dessas, há ainda duas terras indígenas demarcadas aguardando providências para desintrusão de invasores (a TI Kadiweu e a TI Karipuna, do povo Kadiweu e Karipuna respectivamente); duas TIs que foram homologadas, mas que tiveram seus processos anulados (TI Limão Verde, do povo Terena, e TI Nhandaru Marangatu, dos Guarani e Kaiowá); outra que foi declarada e depois anulada (TI Guyraroka, dos Guarani e Kaiowá) e uma terceira que foi questionada judicialmente usando como base jurídica a tese do marco temporal (TI Buriti, do povo Terena). Além dessas, seis reservas indígenas do Mato Grosso do Sul, do povo Guarani Kaiowá aguardam o início de procedimento para revisão de limites de suas terras.

Apesar dos esforços despendidos pelo MPI e pela Funai, ainda há um longo caminho a percorrer para que seja alcançada a demarcação de todas as terras indígenas no Brasil. De acordo com o relatório Violência contra Povos Indígenas no Brasil – dados de 2021, existem 1393 terras indígenas no país, das quais 598 encontram-se sem nenhuma providência administrativa.

## Em comissão do Senado, lideranças indígenas denunciam a persistente presença de garimpeiros na TI Yanomami

Audiência pública foi realizada no dia 16 de março, na Comissão Temporária Externa Yanomami do Senado; Dom Roque, presidente do Cimi, participou do momento

Por **Marina Oliveira**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

“**A** nossa terra indígena [Yanomami] está estragada, destruída, os rios e os peixes estão contaminados. Estamos aqui agora para pedir apoio, para que busquem alternativas que curem a nossa terra. Vocês [parlamentares] precisam pensar de que forma vão apoiar os povos indígenas”. A frase de Júlio David Magalhães, presidente da Associação Wanasseduume Ye'kwana, durante a audiência pública realizada no dia 16 de março, na Comissão Temporária Externa Yanomami do Senado Federal, retrata as profundas cicatrizes que o garimpo ilegal deixou na pele e alma dos Yanomami.

Na ocasião, lideranças da Terra Indígena (TI) Yanomami compartilharam com senadores e senadoras – e os demais presentes – como está a atual situação do território: apesar de o governo federal, liderado pelo presidente Lula, ter colocado em prática medidas de socorro aos indígenas, ainda persistem os crônicos e graves problemas relacionados à segurança, saúde e meio ambiente, por exemplo.

Por meio de videoconferência, Júlio Magalhães e Mateus Sanuma – representante da Ypassali Associação Sanuma – denunciaram que ainda há presença de garimpeiros dentro do território – e reforçaram a urgência de realizar a desintrusão. Em seu depoimento, Mateus disse que “todas as vezes que realizam operações, os invasores se escondem dentro da floresta”.

“E, após as operações, eles voltam. É preciso fazer um trabalho constante para a retirada total dos garimpeiros de nossas terras. Não somos a favor de que eles estejam aqui.



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

No dia 16 de março de 2023, foi realizada uma audiência pública na Comissão Temporária Externa Yanomami do Senado Federal, para tratar do cenário da TI Yanomami

Nós somos prejudicados totalmente. Gostaria também que retirassem todos os materiais e equipamentos deles”, pede Mateus aos parlamentares.

“Peço que a Polícia Federal e os demais investiguem esses crimes contra o nosso território, contra a humanidade, a floresta e os rios. Queremos que investiguem quem são os autores. Vocês conhecem muito bem a legislação, as leis. Então queremos que cumpram com o artigo 231, da Constituição Federal de 1988”, completou Júlio.

### Solidariedade com os povos Yanomami e Ye'kwana

“Em nome do Conselho Indigenista Missionário, nossa profunda e irrestrita solidariedade com os povos Yanomami e Ye'kwana, habitantes da TI Yanomami, que vêm sofrendo uma violência extrema por causa da presença do garimpo dentro de seu território e pelo abandono sistemático do atendimento à saúde por parte do Estado brasileiro, principalmente nos últimos quatro anos”, destacou o presidente do Cimi, Dom Roque Paloschi.

Na ocasião, Dom Roque pontuou que devem ser buscadas soluções e políticas públicas de diversificação da matriz econômica em Roraima. “Qualquer pretensão de resolver a atual situação em Roraima com uma proposta de regularização do garimpo ‘fora’ das terras indígenas, como alguns falam, significaria na prática criar as condições para uma estrutura formal de lavagem do ouro e da cassiterita que continuarão sendo extraídos ilegalmente dos territórios indígenas”.



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

O presidente do Cimi, Dom Roque Paloschi, durante sua participação na Comissão Temporária Externa Yanomami do Senado, no dia 16 de março de 2023

Assine o  
**PORANTIM**  
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO  
 Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5  
 PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail, correios ou WhatsApp  
 SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul  
 Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 9 9628-4565

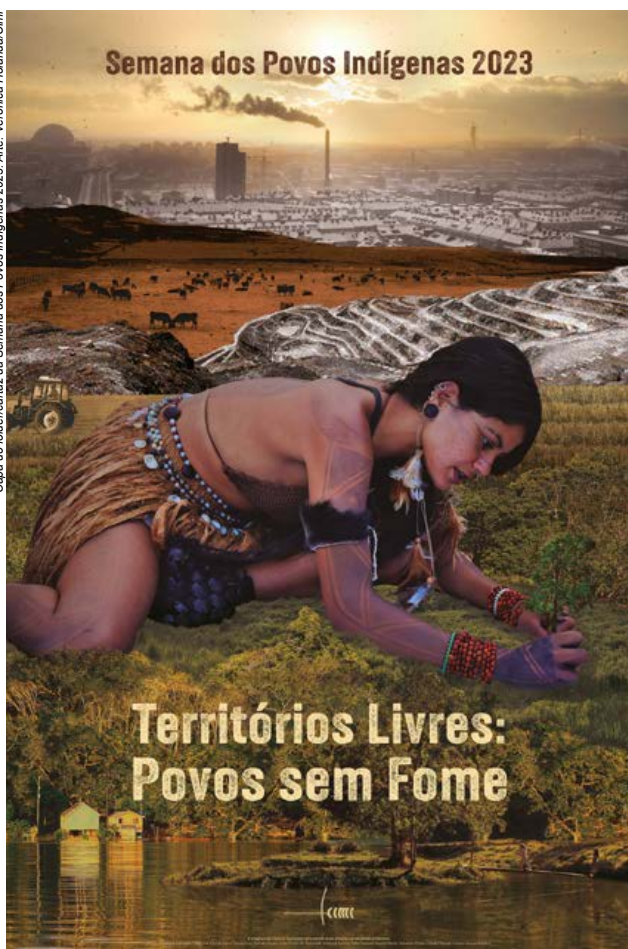
(61) 2106-1650 / 2106-1655

www.cimi.org.br

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Ass. anual: **R\$ 130**  
 Ass. dois anos: **R\$ 190**  
 América Latina: **US\$ 55**  
 Outros países: **US\$ 90**

Assinatura de apoio: **R\$ 170**  
 Com ela você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país



Acesse o QR Code e confira o material exclusivo na íntegra

# SEMANA DOS POVOS INDÍGENAS 2023

## Territórios sem fome

O Cimi, na Semana dos Povos Indígenas 2023, apresenta o tema: “Territórios Livres”, e o lema “Povos sem fome”; confira o material especial

**A**pós quatro anos de imensos desafios, vivenciamos o retorno do Brasil ao vergonhoso “Mapa da Fome”, da Organização das Nações Unidas (ONU), e à insegurança alimentar. O percentual de brasileiras e brasileiros que não têm certeza de quando vão fazer a próxima refeição está acima da média mundial.

Para muitos povos indígenas, esse cenário de aumento da insegurança alimentar e da fome intensificou-se, sobretudo, para aqueles que estão em luta pela demarcação de suas terras, vivendo em acampamentos, retomadas e à beira de estradas. Apesar disso, o ano de 2023 inicia com sabor de esperança: há sinais de que o combate a essa lastimável situação de desigualdades e injustiças sociais começa a acontecer.

Mais uma vez sintonizada e sensibilizada com os problemas da população em situação de vulnerabilidade, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) realiza a Campanha da Fraternidade deste ano com o tema “Fraternidade e fome”, e com o lema “Dai-lhes vós mesmos de comer” (Mt 14,16).

Perante a temática, pode-se afirmar que o “vós mesmos” diz respeito aos próprios povos indígenas e suas lutas por terra,

que fornece seus alimentos. Mas “vós mesmos” também se dirige ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O Cimi está empenhado em repercutir a voz indígena, os seus gritos e as suas dores na sociedade brasileira e na Igreja – a voz do Evangelho, que clama por justiça, pelo cuidado da natureza e por condições de vida com dignidade.

O Cimi, na Semana dos Povos Indígenas 2023, acompanha a campanha da CNBB, e apresenta o tema: “Territórios Livres”, e o lema “Povos sem fome”.

Dessa forma, o Cimi quer dar enfoque ao riquíssimo universo indígena do Brasil – formado por mais de 300 povos, com uma variedade de 270 línguas – e às possibilidades dos povos originários de contribuírem no processo de segurança alimentar e saúde do país. Por meio de suas experiências, os indígenas mantêm as florestas em pé, a água limpa e pura, sem venenos, garantindo alimentos saudáveis e vida plena. Além de proporcionarem, a eles mesmos, a autossustentabilidade.

Os mitos indígenas mantêm o futuro aberto. Retomando o princípio da esperança na realidade, os povos celebram a reconstrução da vida em sua inteireza e a busca da “terra sem males”. Ao garantir seus territórios livres de invasores e devastadores do ecossistema, assegura-se o jeito próprio dos povos originários viverem – em harmonia com a Mãe Terra, levando o Bem Viver para todas e todos.



## A construção de propostas efetivas para política de educação escolar indígena marcou a Semana dos Povos Indígenas em Tefé (AM)

Por **Fábio Pereira**, Missionário do Cimi na Prelazia de Tefé, Regional Norte I

**R**ealizado na Aldeia Nova Esperança, na região da Barreira da Missão de Baixo, Terra Indígena Barreira da Missão, o Encontro de Professores Indígenas, um grande ajuri – reunião de esforços – pela Educação Escolar Indígena de Tefé, no Amazonas, integrou a programação da Semana dos Povos Indígenas e trouxe para serem debatidos pelos participantes, assuntos como “A Trajetória da Educação Escolar Indígena”, “Direitos Sociais e Territoriais” e “Saúde Indígena”. Também avaliou as ações e trabalhos da Coordenação de Educação Escolar Indígena (CEEI) da Secretaria Municipal de Educação Escolar Indígena de Tefé (Semed) e apresentou uma proposta de plano de ação para as escolas indígenas.

A educação escolar indígena é uma das pautas que está sempre presente nas mesas de discussões e espaços de proposição de políticas públicas indígenas, pois é um tema que tem relação direta com a estruturação da vida dos povos indígenas. A escola é uma ferramenta de formação de lideranças e os “parentes” – expressão de tratamento entre os indígenas – devem fortalecer esse espaço para, consequentemente, fortalecer sua organização social e o movimento indígena. Essa foi uma das conclusões dos debates.

A professora Katia Regina, indígena do povo Ticuna, que leciona na escola indígena da aldeia Barreira da Missão de Baixo, disse que o encontro é um espaço para que esse fortalecimento aconteça, pois, “a participação dos parentes em um diálogo com a Coordenação Escolar Indígena é fruto de reivindicações e de suas lutas”, ratificando que é preciso se unir e se organizar para conquistar o direito à educação de qualidade.

Foto: Cimi Regional Norte I/ Equipe Tefé



Encontro de Professores Indígenas em Tefé Médio Solimões

## Na Semana dos Povos Indígenas, mulheres Marubo inauguram espaço de vendas de artesanato e fortalecem a resistência, em Atalaia do Norte

Por **Ligia Apel**, da Assessoria de Comunicação do Cimi Regional Norte I

**“**Hoje estamos inaugurando [o espaço do artesanato], mas é só um começo. Vamos continuar nossa luta porque nós podemos crescer mais, divulgando nosso trabalho tanto para outras comunidades, outras etnias que já têm contato, como para a sociedade não indígena. O espaço é Marubo, mas daqui pra frente vamos envolver os Kulina, Maioruna, Matis e quem quiser somar forças para podermos trocar ideias e artesanatos”.

Assim declarou Ranêwã Rosinete Marubo, coordenadora do grupo de mulheres da Associação Marubo de São Sebastião (AMAS), no dia da inauguração do novo espaço de encontros e comercialização do artesanato dos povos indígenas da Terra Indígena Vale do Javari (TIV), que aconteceu no dia 19 de abril, na sede da AMAS, em Atalaia do Norte, marcando a Semana dos Povos Indígenas.

O grupo de mulheres da AMAS reúne mais de 80 artesãs do povo Marubo que vivem nas comunidades da Terra Indígena Vale do Javari e trouxeram para a exposição mais de 2 mil artesanatos produzidos em cerâmica, palhas e sementes diversas.

Um dos recursos naturais emblemáticos do artesanato Marubo é o caramujo Aruá, um molusco aquático endêmico do rio Javari e Igarapés da região. Os adornos Marubo produzidos a partir de sua concha são trabalhados até formarem pequenas rodinhas que, unidas, formam cocares com compridos cordões, “saíotes” para as mulheres e braceletes e pulseiras para braços e pernas. Nos últimos anos, com a intensificação da migração dos indígenas para a cidade e a dificuldade de coletar o Aruá, as artesãs passaram a substituí-lo por materiais em PVC, que, por ser branco e de durabilidade, não descaracteriza



Foto: AMAS

Artesãs expositoras na inauguração do espaço AMAS

os adornos. Além, disso, há o reaproveitamento de um resíduo sólido urbano que Rasnewã avalia como sustentabilidade ambiental.

“Nós aproveitamos o PVC porque a gente vê que, hoje em dia, temos vários materiais feitos com ele que não se aproveita. O que impacta o meio ambiente. Então, entendemos que a gente tem que aproveitar para que ele não seja queimado ou jogado no lixo contaminando o meio ambiente. E aí, pra isso não acontecer, a gente aproveita o PVC”, explica.

A Terra Indígena Vale do Javari é a segunda maior terra indígena do Brasil, com 8.544 milhões de hectares demarcados e ampara seis povos indígenas contatados, Kanamari, Korubo, Kulina Pano, Marubo, Matis, Matsés, Tsohom-dyapa, sendo os Korubo e Tsohom-dyapa de recente contato, e outros povos em isolamento voluntário. Segundo o IBGE, vivem na área, aproximadamente, quatro mil indígenas.

Os povos que já estabelecem contato com a sociedade não indígena há vários anos, se organizam em Associações de Base, instâncias representativas e de mobilização dos povos em suas localidades e aldeias que, juntas formam o Movimento Indígena do Vale do Javari.